

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

**ARIANE MARIA BASILIO PIGOSSO**

O PROCESSO DE REATIVAÇÃO DA BASE OPERACIONAL DA TECHINT EM  
PONTAL DO PARANÁ: ANÁLISE DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

CURITIBA  
2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

**ARIANE MARIA BASILIO PIGOSSO**

**O PROCESSO DE REATIVAÇÃO DA BASE OPERACIONAL DA TECHINT EM  
PONTAL DO PARANÁ: ANÁLISE DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

Relatório final apresentado como requisito final para  
obtenção do título de especialista em Análise Ambiental,  
Departamento de Geografia, Setor de Ciências da Terra,  
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Vedor de Paula.

**CURITIBA**

**2015**

## RESUMO

O presente estudo analisa o processo de Licenciamento Ambiental da reativação do canteiro de obras para montagem de plataformas continentais da Techint S.A, em Pontal do Paraná /PR. Em 2003, a empresa responsável pela construção de plataformas continentais ou módulos para plataformas necessitou reativar seu canteiro de obras no município para o recebimento de novos contratos. O canteiro havia operado por alguns anos na década de 1980 quando foi implantado e até então permanecia inativo. Frente à necessidade de reativá-lo, foi necessário passar pelo processo de Licenciamento Ambiental, procedimento que regula a instalação e operação de atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente, que ainda não existia quando da primeira instalação da empresa no local. A fim de compreender o processo foram levantados dados a respeito das atividades portuárias no Brasil e no Estado do Paraná, um breve histórico do município e referencial bibliográfico concernente ao licenciamento ambiental nos níveis federal e estadual. Posteriormente, através da análise da documentação processual junto ao órgão licenciador, pôde-se traçar uma linha do tempo das emissões das licenças e elencar quais foram os estudos e medidas compensatórias e mitigadoras requeridos para a emissão delas. Entendeu-se que o processo de licenciamento ocorreu de forma fragmentada e simplificada, de maneira que cada objeto de licenciamento parecesse único e sem que fossem contemplados estudos de aspectos relevantes ao planejamento e desenvolvimento da localidade.

Palavras-chave: Licenciamento Ambiental; Reativação de Empreendimento; Pontal do Paraná/PR.

## **LISTA DE SIGLAS**

AA – Autorização Ambiental

AGU – Advocacia Geral da União

ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ART – Anotação de Responsabilidade Técnica

CEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente

CLAP - Comissões Locais de Autoridades nos Portos

CNAP – Comissão Nacional de Assuntos de Praticagem

CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear

COLIT – Conselho de Desenvolvimento do Litoral Paranaense.

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONAPORTOS - Comissão Nacional das Autoridades nos Portos

DIJUR – Diretoria Jurídica

DIRAM – Diretoria de Controle de Recursos Ambientais

DLAE – Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual

DLE – Departamento de Licenciamento Estratégico

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

ETE – Estação de Tratamento de Esgoto

ERLIT – Escritório Regional do Litoral

GerEx – Gerência Executiva

IAP – Instituto Ambiental do Paraná

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional

ISO – International Organization for Standardization

LAS – Licença Ambiental Simplificada

LASR – Licença Ambiental Simplificada de Regularização

LI – Licença de Instalação

LO – Licença de Operação

LOR – Licença de Operação de Regularização

LP – Licença Prévia

MP – Medida Provisória

NLA – Núcleo de Licenciamento Ambiental

PBA – Plano Básico Ambiental

PCA - Plano de Controle Ambiental

PDZPO – Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto

PDZs – Planos de Desenvolvimento e Zoneamento

PGO – Plano Geral de Outorgas

PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S.A

PNLP – Plano Nacional de Logística Portuária

PROJU – Procuradoria Jurídica

RAP – Relatório Ambiental Preliminar

RIMA – Relatório de Impacto ao Meio Ambiente

SEMA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

SEP – Secretaria de Portos

SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente

UCs – Unidades de Conservação

UFPR – Universidade Federal do Paraná

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 CENÁRIOS.....	9
2.1 O CENÁRIO PORTUÁRIO DO BRASIL.....	9
2.2 O CENÁRIO PORTUÁRIO DO PARANÁ.....	11
2.3 PONTAL DO PARANÁ.....	14
2.4 A ATIVIDADE DA TECHINT E SUA PRESENÇA EM PONTAL DO PARANÁ.....	17
3 A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA E O PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL.....	20
3.1 PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL .....	20
3.2 POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE .....	21
3.3 COMPETÊNCIAS DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL .....	22
3.4 LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO BRASIL .....	24
3.5 LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO PARANÁ .....	25
3.3.1 Licenciamento de atividades industriais segundo a Resolução SEMA nº 31/98.....	27
4 PROCESSOS DE LICENCIAMENTO DA BASE DA TECHINT EM PONTAL DO PARANÁ .....	30
5 DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	48
ANEXOS.....	54

## 1 INTRODUÇÃO

O licenciamento ambiental no Brasil se dá de diferentes formas de acordo com o tipo de atividade, impacto e abrangência das atividades pretendidas e é realizado pelos órgãos ambientais competentes nos níveis federal, estadual ou municipal. O processo no Brasil se dá avaliando a viabilidade de se desenvolver a atividade pretendida quanto à sua localização, construção e operação. São avaliados os impactos na área diretamente afetada, na área indiretamente afetada e na área de influência direta do empreendimento proposto. São analisados os meios físico, biótico e socioeconômico da localidade pretendida além dos impactos e possíveis alternativas para a localidade ou medidas que mitiguem e/ou compensem os impactos que não podem ser evitados.

A primeira legislação a respeito do tema é a Lei nº 6.938 de 1981 que institui a Política Nacional do Meio Ambiente e seus instrumentos, nos quais constam a Avaliação de Impacto Ambiental e os processos de Licenciamento Ambiental. Em 1986 a Resolução CONAMA nº 001 definiu critérios básicos e diretrizes gerais para o uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, entretanto, foi apenas em 1997 que a Resolução CONAMA nº 237 regulamentou a Lei nº 6.938 e o preceito constitucional referente ao licenciamento ambiental.

A empresa Techint Engenharia S.A se instalou no município de Pontal do Paraná/PR no ano de 1980 e desenvolveu ali suas atividades por alguns anos. Para tanto, não foi necessária nenhuma licença ambiental, já que a legislação só viria a ser criada anos mais tarde.

Com a descoberta da camada do pré-sal brasileira, em 2007, o setor energético brasileiro foi impulsionado e vem demandando investimentos diversos, sobretudo em infraestrutura, para a exploração do volume aproximado de 50 bilhões de barris. Neste contexto, a Techint Engenharia S.A venceu o processo de licitação da PETROBRAS

S.A para a construção de estacas e jaqueta <sup>1</sup>da plataforma PRA-1 instalada na Bacia de Campos para extração de petróleo da camada do pré-sal. Para tanto, a empresa necessitou reativar o canteiro de obras de sua posse no município de Pontal do Paraná.

Os processos de licenciamento de grandes empreendimentos no litoral do Paraná são motivos de agitação no município e região, o que motivou o questionamento sobre o tema. Sendo o empreendimento anterior à legislação ambiental e precursor de uma mudança significativa na dinâmica do município buscou-se compreender o entendimento do órgão ambiental responsável pelo licenciamento. Objetivou-se determinar quais tipos de licenças, estudos, programas e medidas foram solicitados bem como analisar a consonância do processo com a legislação ambiental e com singularidade do caso.

Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico a respeito do histórico das operações portuária no Brasil levando-se em consideração a forte presença portuária no litoral do Paraná e a importância que este tipo de atividade teve no desenvolvimento da região, sendo ela precursora de atividades industriais. Foram então estudados o histórico dos municípios portuários, Antonina e Paranaguá, e seus desenvolvimentos relacionados às atividades, o histórico de Pontal do Paraná e a atividade da Techint no município e no mundo.

Num segundo momento houve uma revisão de literatura relacionada à Política Nacional do Meio Ambiente e à legislação pertinente ao tema do licenciamento ambiental. E por fim foi realizada uma análise documental dos processos junto ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP). A fim de complementar a análise foram utilizadas imagens obtidas através do software *Google Earth Pro*.

---

<sup>1</sup> Jaqueta é o nome dado à base da plataforma fixa de produção de petróleo. É construída na posição horizontal nos estaleiros e então levada até o local onde será instalada. Após sua fixação são montadas as partes superiores da plataforma como alojamento, equipamentos de perfuração, entre outras.



## 2 CENÁRIOS

### 2.1 O CENÁRIO PORTUÁRIO DO BRASIL

O sistema portuário brasileiro movimentou, em 2013, 931 milhões de toneladas de carga bruta, desse montante, 338 milhões de toneladas foram através dos Portos Organizados e 593 milhões através dos Terminais de Uso Privado. Atualmente o sistema portuário brasileiro conta com 37 portos organizados e 128 terminais de uso privado (SEP, 2014).

O histórico desse importante modal de transporte brasileiro remete à abertura dos portos brasileiros às nações amigas, em 1808, que extinguiu o monopólio do comércio da colônia de Portugal e inseriu o Brasil no mercado mundial. Decorrente desse fato, as primeiras concessões para exploração das atividades portuárias surgiram por volta de 1888 (ARAÚJO, 2013).

Mais tarde, a partir do Estado Novo houve o desenvolvimento de parte fundamental da infraestrutura que apoiaria a industrialização. O Estado passou a ter um maior controle sobre os portos e as atividades e taxas de cobrança foram conceituadas. (ARAÚJO, 2013).

Em virtude dos parâmetros internacionais e da necessidade de melhor aproveitar as alternativas locacionais dos portos, seguindo também uma tendência mundial de reformas, o Brasil passou a legislar de modo a ir ao encontro de uma reforma no sistema portuário que incluísse o gerenciamento de operações e mão de obra, a eliminação de interferências corporativas e burocráticas e o melhor aproveitamento dos espaços e instalações (GIBERTONI, 2000).

Foi então, com a Lei nº 8.630/93, que surgiram os arrendamentos e os terminais privados. As companhias docas passaram a ser administradoras e autoridades portuárias e a figura do operador portuário se tornou singular no comando das operações portuárias (ARAÚJO, 2013). Este processo buscou solucionar

problemas tidos para Breitling (1999) como característicos do “modelo portuário latino-americano tradicional” como altos custos, baixa produtividade, serviços não competitivos, excesso de pessoal, subsídios e burocracia governamental.

Foram ainda promulgadas as Leis de Licitações, nº 8.666/93 e 8.883/94; Leis de Concessão, nº 8.987/95 e 9.074/95; Lei de Delegação, nº 9.277/96 e Lei de Desestatização, nº 9.491/97 e MP nº 1.594/97. Aspectos positivos puderam ser notados nessa legislação como a descentralização administrativa que permitiu maior autonomia aos portos, a unificação do comando das operações portuárias na figura do operador portuário, a competitividade impulsionada pela autorização para terminais de uso privativo movimentarem cargas de terceiros, a eliminação de privilégios com a revogação da legislação passada e a própria modernização e consolidação da legislação portuária (GIBERTONI, 2000). Segundo Manteli (2005), os investimentos privados triplicaram a produtividade nos portos. Os preços dos serviços caíram pela metade, o tempo de espera dos navios para atracar no cais passou de dias para horas e a movimentação de contêineres passou de 11 para 35 unidades/hora em média.

Apesar do grande passo dado com relação à competitividade, Kitzmann e Asmus (2006) indicam as questões trabalhistas, de qualificação profissional e a gestão ambiental, como algumas das questões não modernizadas, em desacordo com o novo modelo de gestão portuária.

A Lei nº 11.518, de 5 de setembro de 2007, criou a Secretaria Especial de Portos (SEP) que responde diretamente à presidência da República, por conta disso o setor teve um foco maior no planejamento logístico do país. Um novo modelo de gestão do setor portuário foi consolidado através da formulação de políticas e diretrizes bem como do planejamento estratégico do setor (ARAÚJO, 2013).

Em 2013 foi aprovada a Lei nº 12.815 que reformulou o antigo Marco Regulatório instituído pela Lei nº 8.630/1993 em virtude do expressivo aumento da demanda por infraestrutura. Os objetivos gerais são o aumento da movimentação, a redução do custo e o aumento da eficiência. A lei em questão e o Decreto nº 8.033/2013 criaram a Comissão Nacional das Autoridades nos Portos –

CONAPORTOS, a Comissão nacional de Assuntos de Praticagem – CNAP além de fomentar o planejamento integrado do setor e o fortalecimento dos órgãos do setor como SEP/PR e Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ.

De acordo com a Lei nº 12.815/2013, a SEP é responsável pelo planejamento e concessões, elabora o Plano Nacional de Logística Portuária – PNLP, o Plano Geral de Outorgas - PGO e aprova os Planos de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZs. A ANTAQ regula e fiscaliza, entre outras, tarifas portuárias, infrações e penalidades. As autoridades portuárias, por sua vez, elaboram o PDZ, em conformidade com o PNLP e *Master Plan* do porto.

## 2.2 O CENÁRIO PORTUÁRIO DO PARANÁ

A região litorânea paranaense abriga dois antigos e importantes portos do Brasil, Paranaguá e Antonina, ambos localizados no Complexo Estuarino de Paranaguá, cuja área total estimada é de 612 km<sup>2</sup> (LANA *et al.*, 2001). De acordo com dados do IBGE (2014), o litoral do Paraná, composto pelos municípios de Guaratuba, Matinhos, Pontal do Paraná, Antonina, Morretes, Paranaguá e Guaraqueçaba compreendem uma área total de 6.135,4 km<sup>2</sup> sendo Guaraqueçaba o maior, com 35% desta área, e Matinhos o menor, com apenas 2%. A população total do litoral do Paraná é estimada em 282.981 habitantes, o que resulta em uma densidade demográfica de 46,12 hab/km<sup>2</sup>, sendo Paranaguá o mais populoso com cerca de 149.467 habitantes e densidade demográfica de 169,92 hab./km<sup>2</sup>.

Paranaguá tem sua história totalmente vinculada ao porto. Os primeiros moradores chegaram por volta de 1550, mas foi em 1630 que se iniciou a efetiva ocupação, que logo desencadeou a instalação de um pequeno cais para a circulação de mercadorias. Em 1760, com o aumento do calado das embarcações e o

assoreamento do rio Itiberê, foi construído um novo cais, que foi efetivamente utilizado até o ciclo da erva-mate (CANEPARO, 1999).

Até a emancipação política do Estado do Paraná em 1853, a atividade portuária era submissa ao porto de Santos e todas as embarcações que saíssem de Paranaguá eram obrigadas a dar entrada em Santos (SOARES, 2009). Apesar da emancipação impulsionada pelo ciclo da erva-mate, Paranaguá perdeu seu poder político, pois Curitiba passou a ser o centro administrativo (SOARES, 2009).

Com a supramencionada emancipação, houve a necessidade de se criar estruturas que viabilizassem o escoamento da produção, à época composta essencialmente de erva-mate e madeira. Foi então pavimentada a Estrada da Graciosa, antigo caminho que ligava o litoral ao planalto e construída a estrada de ferro Curitiba-Paranaguá, que até hoje se faz como importante modal de transporte para o porto (SOARES, 2009).

Por volta de 1872, o porto de Paranaguá foi transferido para um local mais adequado, visando melhor atender a demanda da atividade madeireira. No início do século XX a cidade de Paranaguá ganhou novas vias de acesso. Posteriormente houve a transferência do porto, que passou a se chamar chamado Dom Pedro II e o incremento da exportação de café. Esses fatos levaram à ampliação de Paranaguá. Seu crescimento espacial desde o núcleo até esta época foi no sentido leste-noroeste (CANEPARO, 1999).

A crise do café, no final dos anos 60, levou o beneficiamento do café para a zona cafeeira no norte do Estado gerando desemprego na cidade. O café começou a ser substituído pela soja e trigo com incentivos do governo federal e a partir de 1970, o porto foi ampliado e remodelado. A utilização de máquinas na manipulação das cargas passou a substituir a mão-de-obra, o que diminuiu o nível de emprego e consequentemente aumentou os problemas sociais do município o que se refletiu na desorganização do espaço e na ocupação de áreas insalubres, os manguezais (GODOY, 1998).

Nas décadas de 80 e 90, a expansão seguiu em direção às rodovias BR-277 e PR-407, com a implantação de novos loteamentos, balneários e a criação do Distrito Industrial do Embocuí (CANEPARO, 1999). Em seguida, veio a fase da diversificação de cargas com a crescente industrialização paranaense, principalmente na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), houve a diversificação das cargas que segue até os dias atuais, segundo Caiado e Penkal (2007 citado por SOARES, 2009).

A cidade de Antonina foi, durante um longo período, ponto estratégico para escoamento da produção dos estados do sul do país. A cidade se desenvolveu ao redor da Igreja nossa Senhora do Pilar na época do garimpo de ouro na Serra do Mar. Apesar de chegar a ser o quarto escoadouro de exportação brasileiro no começo do século XX, as mudanças na economia mundial após a Segunda Guerra, o fim do ciclo da erva-mate e a paralisação da Indústria Matarazzo determinaram o declínio da economia da cidade e das atividades do porto (APPA, FEESC, LABTRANS, 2012a), chegando a quase se extinguirem ao longo do século XX. Ao final da década de 1990 houve a reativação através dos Terminais Portuários Ponta do Félix - TPPF (SOARES, 2009).

Os Portos de Paranaguá e Antonina são administrados pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), uma autarquia pública, criada pelo Governo do Paraná, em 1947. A APPA se tornou responsável através do Convênio de Delegação nº. 037/2001, celebrado entre o Estado do Paraná e a União com validade de 25 anos, que vigorará até 1º janeiro de 2027, com possibilidade de prorrogação (APPA, FEESC, LABTRANS, 2012b).

A localização estratégica da região, somada ao seu desenvolvimento, beneficia o setor portuário do Estado. A influência do porto de Paranaguá se estende para além dos limites do estado, abrangendo as regiões economicamente mais desenvolvidas do país (APPA, FEESC, LABTRANS, 2012b). O porto de Antonina atua como complementar ao de Paranaguá, trabalhando prioritariamente, com cargas frigorificadas e produtos florestais (ANTAQ, 2014). Sua hinterlândia de mais de 800.000 km<sup>2</sup> compreende parte dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, além do próprio Estado do Paraná (APPA, FEESC, LABTRANS, 2012a).

Ao observar os dados demográficos do município é possível perceber a diferença no desenvolvimento das suas cidades. O município de Paranaguá possui uma área de 827 km<sup>2</sup>, tendo, em 2010, uma população de 140.469 habitantes, sua densidade demográfica é de 169,92 hab./km<sup>2</sup>. Já Antonina tem uma área de 882 km<sup>2</sup> e a população em 2010 era de 18.891 habitantes, logo, a densidade demográfica era de 21,41 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2010)

Por sofrer com taxa elevadas de assoreamento, Antonina apresenta baixo potencial para expansão portuária. Paranaguá, por sua vez, tem sua estrutura muito saturada. Como consequência a APPA vê Pontal do Paraná, mais especificamente a localidade Ponta do Poço como prioritária para a expansão das atividades portuárias, como ratifica o ofício nº 300/04 da APPA, de 25 de agosto de 2004, endereçado ao IAP. Neste, o superintendente da APPA afirma ter criado comissão para consolidação do Terminal Portuário Ponta do Poço.

## 2.3 PONTAL DO PARANÁ

Emancipado de Paranaguá através de lei criada após plebiscito realizado em 1995, Pontal do Paraná é um dos mais jovens municípios do Estado do Paraná. Sua população estimada para 2014 é de 23.816 habitantes em sua área de cerca de 200 km<sup>2</sup>, resultando numa densidade demográfica de 104,67 hab./ km<sup>2</sup> (IBGE, 2014). Localiza-se na planície costeira e faz divisas ao sul com o município de Matinhos, a oeste com o município de Paranaguá e a leste e norte é banhado pelo Oceano Atlântico (Figura 1).

O município localiza-se no domínio da Mata Atlântica, um dos biomas mais ameaçados do planeta que apesar de estar reduzida a pouco mais de 7% da sua extensão original ainda abriga recordes de biodiversidade e imenso valor paisagístico,



científico, turístico e cultural (MMA,2015). Sua biodiversidade e alto grau de ameaça fazem com que seja considerada área prioritária para conservação, para disciplinar a utilização e proteção da vegetação nativa deste bioma há a Lei nº 11.428, conhecida como Lei da Mata Atlântica. Pontal do Paraná encontra-se no mosaico de Unidades de Conservação LAGAMAR, que envolve unidades de conservação do litoral do Paraná e Litoral Sul do Estado de São Paulo, e apresenta 22 km de praias, dos 50 km presentes no litoral do Paraná. Possui poucas indústrias, sendo que a economia tem como base as atividades relacionadas ao turismo, que emprega a maioria da população fixa. Nos meses de alta temporada de verão recebe mais de 400 mil turistas (PONTAL DO PARANÁ, 2004).

Pontal do Paraná vem acumulando em seu histórico uma série de empreendimentos de significativo impacto socioambiental, como o Porto Pontal, a base de soldagem da Subsea 7 e Terminal Marítimo, sob responsabilidade da empresa Melport Terminais Marítimos Ltda., bem como a aquisição de terreno pela Oderbrecht, além da expansão das vias de acesso ao município, cuja principal obra é a nova PR-412. Estas formam um conjunto de empreendimentos anunciados pelo Governo Estadual como “Pontal do Pré-Sal” como demonstra a publicação “Pontal do Pré-Sal é principal atrativo do Paraná para investidores nacionais” do Correio do Litoral em 16 de agosto de 2012.

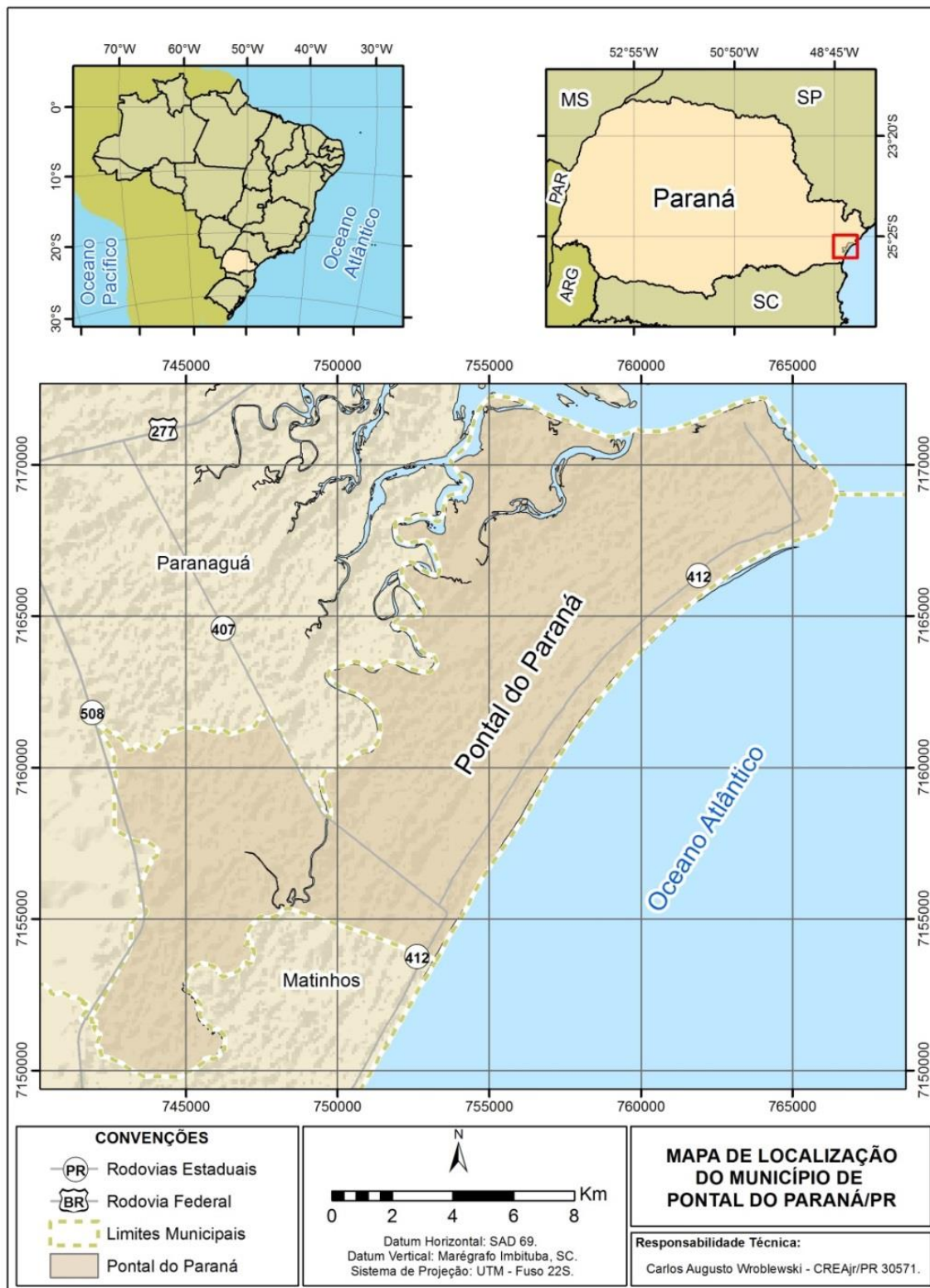


Figura 1: Mapa de Localização do Município de Pontal do Paraná - PR

## 2.4 A ATIVIDADE DA TECHINT E SUA PRESENÇA EM PONTAL DO PARANÁ

A “Compagnia Tecnica Internazionale”, que passou a se chamar TECHINT devido à sua abreviatura telegráfica, foi fundada como uma empresa internacional em 1945. Hoje, o Grupo Techint compreende um total de seis empresas, operando mundialmente através de mais de cem subsidiárias, com uma força de trabalho de 59.400 funcionários. O faturamento anual do grupo gira em torno de US\$ 25,4 bilhões (TECHINT, 2014).

As principais atividades do Grupo Techint se dividem entre as seguintes empresas: a Tenaris é líder mundial na produção e distribuição de tubulações e serviços relacionados à indústria mundial de energia, atuando também em outras áreas; a Ternium é uma das empresas líderes na produção de aço na América Latina, com instalações de fabricação e processamento de aço e com centros de serviço e distribuição nas Américas; a Techint E & C se envolve em grandes projetos em escala mundial e é especializada na construção de instalações de petróleo e gás, entre outras; a Tenova é um fornecedor internacional de soluções tecnológicas para as indústrias de matérias-primas e metais em todo o mundo; a Tecpetrol está envolvida na exploração e desenvolvimento de óleo e gás, bem como em projetos de transporte e distribuição de gás e gás natural nas Américas; a Humanitas estabeleceu uma presença relevante na Itália, implementando e administrando iniciativas na área de saúde, pesquisa e ensino. Segundo o grupo, seus valores são baseados na “presença em longo prazo, compromisso com o desenvolvimento local e uma paixão pela qualidade e pela tecnologia” (TECHINT, 2014).

A Techint se instalou em Pontal do Paraná no ano de 1980, quando, segundo parecer técnico nº 009/2003 do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), já operava realizando serviços de montagem de módulos para plataformas e plataformas para exploração petrolífera em seu canteiro de 140.100,00 m<sup>2</sup> dos quais 1.604,33m<sup>2</sup> eram de área construída. (Figura 2). O canteiro situa-se na localidade denominada Ponta do Poço no Balneário de Pontal do Sul.

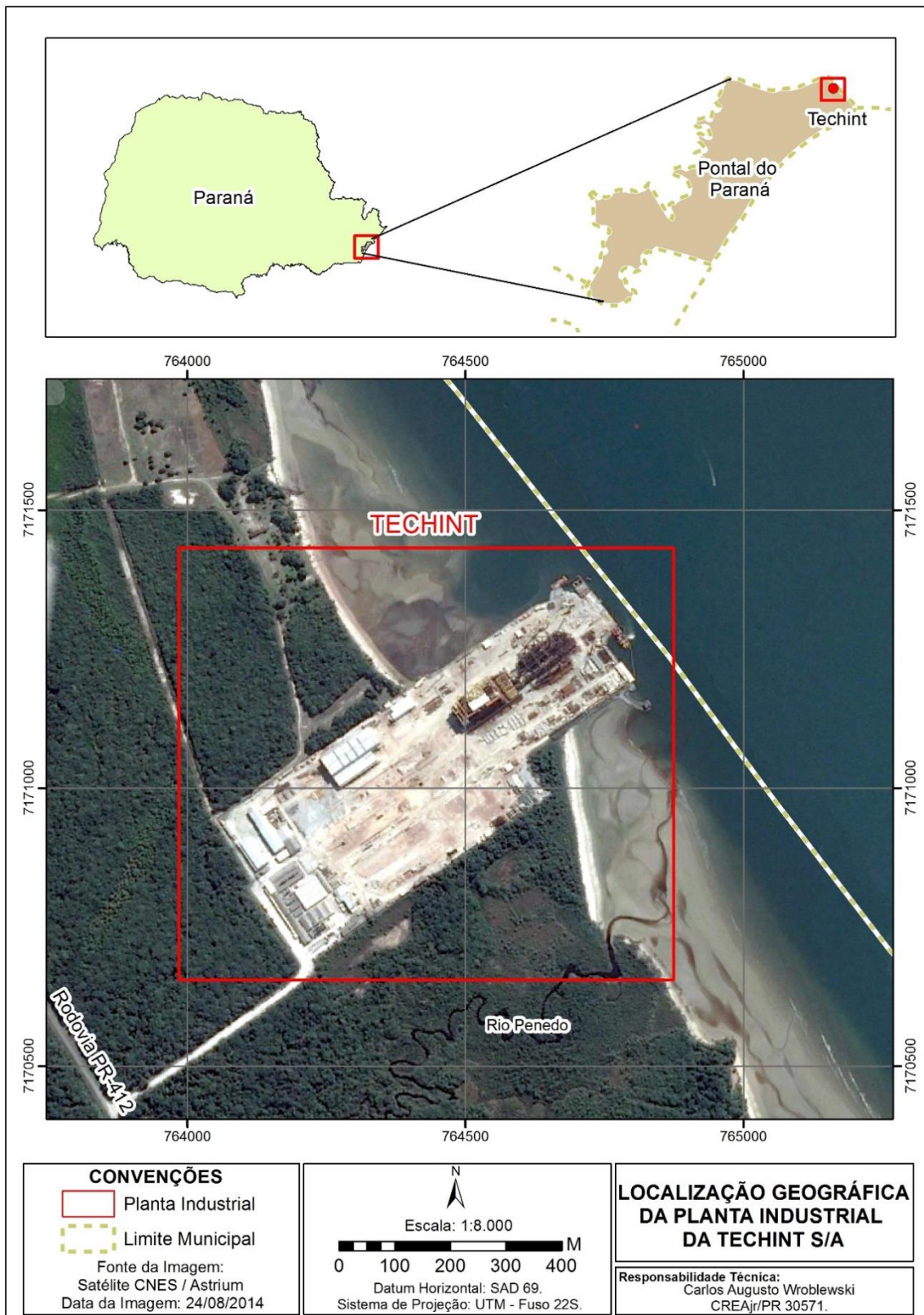


Figura 2: Localização Geográfica da Planta Industrial da Techint S.A

De frente para Ilha do Mel, importante destino turístico do Estado do Paraná que abriga duas unidades de conservação (UCs), a Estação Ecológica da Ilha do Mel e o Parque Estadual da Ilha do Mel. Seu vizinho imediato à noroeste é uma vila de pescadores seguida do terreno pertencente à empresa responsável pelo Porto Pontal.

Quando o primeiro contrato foi encerrado o canteiro foi desativado, vindo a ser reativado também em função de um contrato com prazo determinado para finalização. Não constam no processo de licenciamento detalhes a respeito do funcionamento nesta época, bem como não há estudo relacionado a este período, tendo em vista que o empreendimento é anterior às primeiras legislações relacionadas ao licenciamento ambiental.

### **3 A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA E O PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

#### **3.1 PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL**

Para a compreensão da legislação ambiental brasileira é preciso compreender que existem princípios que sustentam o Direito Ambiental Brasileiro, que além de serem fundamentais para a elaboração da legislação, o são também para a aplicação e compreensão dela. O Princípio do Direito Humano Fundamental é o responsável pela existência dos demais princípios. Além de representar uma garantia ao ser humano, representa a exigência de que o administrador público seja especialmente atencioso com preservação do meio ambiente. Outro princípio especialmente importante é o Princípio da Precaução, que pondera que haja um juízo sobre a qualidade e o custo/benefício de modo a assegurar que a intervenção não seja adversa (BRITO, 2011).

O Princípio da Prevenção, semelhante ao Princípio da Precaução, difere dele pelo fato de que se aplica a impactos já conhecidos, dos quais há um histórico de informações. O princípio do Desenvolvimento Sustentável busca a sustentabilidade nas ações humanas primando ainda pela sustentabilidade social econômica, política e cultural. O Princípio do Poluidor-Pagador ou da Responsabilidade evoca a ideia de que se houver dano, o responsável pela atividade causadora, o empreendedor, deve arcar com os custos para a mitigação. O Princípio da Obrigatoriedade da Ação Estatal afirma que é responsabilidade do Estado prevenir as degradações ao meio ambiente, assim como responsabilizar o degradador pelos danos causados. O Princípio da Ubiquidade demonstra que o meio ambiente está presente em toda e qualquer parte, logo, toda degradação, reflete-se em toda natureza. O Princípio do Direito-Dever da Participação Popular entende que se a coletividade tem o direito de participar e cobrar para que o meio ambiente não seja ameaçado, além do dever de protegê-lo. O Princípio da Cooperação deixa claro a necessidade de participação concomitante do Poder Público e da Coletividade para tutelar o meio ambiente. O Princípio da Complexa Educação



Ambiental determina a promoção da educação ambiental em todos os níveis cabe ao Poder Público. (BRITO, 2011).

### 3.2 POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

A Política Nacional do Meio Ambiente, estabelecida pela Lei N.º 6.938/81, em consonância com os incisos VI e VII do Art. 23 e no Art. 225 da Constituição, objetiva a preservação, recuperação e melhoria da qualidade ambiental do país através do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA).

É através do SISNAMA que se instituiu o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), órgão consultivo e deliberativo, que visa assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões (BRASIL, 1981).

São as Resoluções CONAMA que regulamentam a avaliação de impacto ambiental e demais assuntos ambientais conforme as diretrizes, princípios e objetivos da legislação infraconstitucional, bem como por meio dos princípios ambientais constitucionais. Avaliação de Impacto Ambiental é dado como o processo de identificação da magnitude e da importância dos impactos decorrentes de um empreendimento ou atividade que permite um prognóstico da qualidade ambiental nas áreas influenciadas. Este processo tem como seu principal instrumento o licenciamento ambiental (BRASIL, 1990).

O licenciamento ambiental, instituído através da Lei nº 6.938/81 e regulamentado pelos Decretos nº 88.351/83 e nº 99.274/90, além de normatizado pelas Resoluções CONAMA nº 001/86 e nº 237/97 e Lei Complementar nº 140, é um procedimento pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e

atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que podem causar degradação ambiental.

### 3.3 COMPETÊNCIAS DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Foram repartidas, entre os órgãos integrantes do SISNAMA, as competências de licenciamento ambiental, sendo adotados como fundamentais a significância e a abrangência decorrentes do empreendimento ou atividade. Sendo assim, será de responsabilidade federal, através do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o licenciamento de atividades ou empreendimentos localizado no Brasil e um país vizinho, no mar territorial, na plataforma continental; na zona econômica exclusiva; em terras indígenas ou em unidades de conservação federais; em dois ou mais Estados; empreendimentos ou atividades cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais do País ou de um ou mais Estados; empreendimentos relacionados de qualquer maneira a materiais radioativos, mediante parecer da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN); ou bases ou empreendimentos militares, quando couber, observada a legislação específica (CONAMA, 1997). Cabe mencionar que a distribuição de competência citada pela Resolução CONAMA vem sendo contestada devido à Lei Complementar nº140 de 2011 que fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas relativas à proteção do meio ambiente.

Aos órgãos estaduais cabe licenciar empreendimentos ou atividades localizados ou desenvolvidos em mais de um município ou em unidades de conservação de domínio estadual ou do Distrito Federal; localizados ou desenvolvidos nas florestas e demais formas de vegetação natural de preservação permanente, listadas no Art. 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 ou por outras normas; cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais de um ou mais

municípios; delegados pela União aos Estados ou ao Distrito Federal, por instrumento legal ou convênio. A competência do licenciamento ainda poderá caber ao município quando o Estado delegar através de instrumento legal ou convenio (CONAMA, 1997).

De uma maneira geral as competências para licenciamento são dadas segundo a extensão do impacto ambiental e a predominância de interesses, entretanto, esses critérios nem sempre são capazes de resolver de quem é a competência para licenciar. Cabe ainda salientar, frente ao contexto deste estudo, a complexidade de grandes empreendimentos em ambientes costeiros, ora sendo considerado mar territorial, de domínio da União, ora considerados estuários, cujos impactos ocorreriam apenas em um estado, sendo possível encontrar empreendimentos vizinhos sendo licenciados por órgãos de diferentes esferas.

A Lei Complementar nº 140 de 2011, surge na tentativa de, entre outras coisas, fixar normas para a cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios nos licenciamentos. Um importante aspecto desta lei complementar é a criação das comissões tripartites, que serão criadas para coordenar a implementação da lei. A Comissão Tripartite Nacional é formada por representantes dos Poderes Executivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com o objetivo de fomentar a gestão ambiental compartilhada e descentralizada entre os entes federativos. Já as comissões estaduais serão formadas por representantes dos Poderes Executivos da União, dos Estados e dos Municípios, com o objetivo de fomentar a gestão ambiental compartilhada e descentralizada entre os entes federativos.

Serão apresentados neste estudo os procedimentos do licenciamento ambiental nas escalas federal e estadual, uma vez que o município de Pontal do Paraná não realiza licenciamento ambiental de empreendimentos de médio e grande porte.

### 3.4 LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO BRASIL

Quando o licenciamento se der em nível federal deverá passar por três fases distintas. Para cada etapa o empreendedor deverá apresentar diferentes estudos a serem definidos pelo IBAMA. A Licença Prévia (LP) deverá ser requerida para a implantação, alteração ou ampliação do empreendimento para que se ateste a viabilidade ambiental do projeto, sua localização e concepção tecnológica (BRASIL, 1990). O IBAMA ainda define quais condições devem ser consideradas para o desenvolvimento do projeto executivo. Neste momento o empreendedor deve encaminhar ao IBAMA o Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) caso o empreendimento ou atividade seja de significativo impacto ambiental como consta na Resolução nº 001/86 do CONAMA. O EIA é um documento técnico-científico que inclui diagnósticos dos meios físicos, bióticos e socioeconômico; analisa os impactos ambientais do projeto e de suas alternativas; estipula as medidas mitigadoras e compensatórias para os impactos negativos; e Programas de Acompanhamento e Monitoramento. O RIMA é um relatório elaborado de maneira simplificada de modo a refletir as informações e conclusões do EIA em uma linguagem mais acessível para toda a população (CONAMA, 1997).

A fase seguinte, Licença de Instalação (LI), que autoriza e estabelece um prazo para a obra ou instalação. Nesta fase, empreendimentos que dependam de supressão de vegetação também deverão solicitar a "Autorização de Supressão de Vegetação". Nesta etapa é elaborado o Plano Básico Ambiental (PBA) composto pelos programas ambientais necessários para a minimização dos impactos negativos e maximização dos impactos positivos (BRASIL, 1997).

Por fim, a Licença de Operação (LO), que deverá ser requerida antes do início do funcionamento, se refere a uma vistoria a fim de verificar se as exigências contidas na LP e LI foram atendidas. O empreendedor deverá elaborar relatórios sobre implantação dos programas ambientais e medidas mitigadoras previstas nas etapas anteriores (BRASIL, 1990).

Durante este processo o IBAMA ainda consulta órgãos ambientais, como, no caso de haver unidades de conservação (UCs) nas proximidades do empreendimento, órgãos federais de gestão do patrimônio histórico, das comunidades indígenas, de comunidades quilombolas, de controle de endemias, entre outros. Tendo sido o empreendimento considerado, com base na ficha de caracterização do empreendimento, não potencialmente causador de impactos ambientais significativos, caberá a essas instâncias definir as informações e os estudos ambientais necessários ao respectivo processo de licenciamento (CONAMA, 1997).

### 3.5 LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO PARANÁ

No Paraná, primeiramente o empreendedor solicita anuência prévia da prefeitura do município, se esta anuência for emitida o empreendedor iniciará o procedimento junto ao IAP. Este procedimento se inicia com a apresentação de diversos documentos e principalmente do projeto por parte do empreendedor (CEMA, 2008).

A equipe do IAP, por sua vez deverá verificar a necessidade de Estudo de Impacto Ambiental, Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA/RIMA) e de Audiência Pública, bem como realizará vistoria no local do empreendimento. A partir de então, deverão ser realizados os estudos requeridos para que seja expedida a Licença Prévia (LP), e posteriormente as complementações necessárias para emissão a Licença de Instalação (LI) e por fim a Licença de Operação (LO) (CEMA, 2008). A Audiência Pública pode, em consonância com o princípio de direito ao acesso à informação ambiental, vir a ser requerida por cidadãos interessados e pelo Ministério Público como determina a Resolução CONAMA nº 009/87.

As fases de licenciamento são muito semelhantes às do processo federal. A Licença Prévia se refere à fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, visa atestar a viabilidade ambiental

e determinar os requisitos básicos e as condicionantes a serem atendidas nas próximas fases. Esta licença tem validade de dois anos não sendo passível de renovação, ou seja, caso expire, o empreendedor deverá reiniciar o processo. A Licença de Instalação por sua vez, autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com os planos, programas e projetos aprovados. Tem a validade de dois anos e pode ser renovada, a critério do IAP. A Licença de Operação autoriza a operação da atividade ou empreendimento, tendo sido cumpridos os requisitos das licenças anteriores e determinadas as medidas de controle ambientais e condicionantes para a operação. (CEMA, 2008).

O IAP poderá estabelecer prazos de validade diferenciados para a Licença de Operação (LO) de empreendimentos, atividades ou obras, considerando sua natureza e peculiaridades excepcionais, respeitando o prazo máximo na resolução, que é de seis anos. No caso da Renovação de Licença de Operação (LO), o IAP poderá aumentar ou diminuir o prazo de validade dada à avaliação do desempenho ambiental do empreendimento ou atividade (CEMA, 2008).

Outros atos administrativos podem também ser expedidos pelos órgãos competentes. No âmbito estadual, o IAP, ainda poderá expedir ou requerer os seguintes atos administrativos e licenças: 1 - Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual (DLAE), quando o licenciamento não compete ao órgão estadual; 2- Autorização Ambiental (AA) quando a instalação, operação e/ou implementação de atividade que possa acarretar alterações ao meio ambiente, por curto e certo espaço de tempo, de caráter temporário ou a execução de obras que não caracterizem instalações permanentes; 3 - Licença Ambiental Simplificada (LAS), para aqueles empreendimentos ou atividades de pequeno porte ou que possuam baixo potencial poluidor; 4 - Licença Ambiental Simplificada de Regularização (LASR): equivalente à anterior com a especificidade de que serve para empreendimentos ou atividades anteriores ao ano de 1998; 5- Licença de Operação de Regularização (LOR) determina planos e condicionantes para operação de empreendimentos instalados antes de 1998. Todos os atos e licenças, com exceção da DLAE, deverão apresentar medidas de controle



ambiental e condicionantes como requisito para a obtenção da autorização ou licença requerida (CEMA, 2008).

Além do EIA/RIMA já mencionado, existe uma série de outros estudos que podem ser solicitados pelo órgão responsável. São eles: relatório ambiental preliminar (RAP), projeto básico ambiental (PBA), plano de controle ambiental (PCA), plano de recuperação de área degradada (PRAD), plano de gerenciamento de resíduos sólidos (PGRS), análise de risco (AR), projeto de controle de poluição ambiental (PCPA), avaliação ambiental integrada (AAI), avaliação ambiental estratégica (AAE), entre outros (CEMA, 2008).

### 3.3.1 Licenciamento de atividades industriais segundo a Resolução SEMA nº 31/98

A atividade da empresa em estudo caracteriza-se como industrial, sendo assim, segundo o Art. 123 da Resolução SEMA nº 31/98, os requerimentos de licenciamento deverão ser dirigidos ao presidente do IAP e protocolados desde que respeitem a forma prevista pela legislação:

- I. Licença Prévia:
  - a. Requerimento de Licenciamento Ambiental;
  - b. Cadastro Industrial;
  - c. Certidão da Prefeitura Municipal, declarando expressamente que o local e o tipo de empreendimento ou atividades está em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo (Resolução CONAMA nº 237/97, artigo 10 - parágrafo 1º);
  - d. Prova de Publicação de súmula do pedido de Licença Prévia em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86; e
  - e. Comprovante de recolhimento da Taxa Ambiental de acordo com a Tabela I (Licença Prévia) da Lei Estadual no 10.233/92.
- II. Licença de Instalação:

- a. Requerimento de Licenciamento Ambiental;
- b. Cópia do Ato Constitutivo ou do Contrato Social;
- c. Matrícula ou Transcrição do Cartório de Registro de Imóveis atualizada, no máximo 90 dias;
- d. Documentação complementar do imóvel se a situação imobiliária estiver irregular ou comprometida, conforme exigências para casos imobiliários excepcionais, previstas nesta Resolução;
- e. Cadastro Industrial;
- f. Cópia da Licença Prévia e de sua respectiva publicação em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA n° 006/86;
- g. Prova de publicação de súmula do pedido de Licença de Instalação em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA n° 006/86;
- h. em apenso, projeto relativo ao Sistema de Controle Ambiental exigido na concessão da Licença Prévia, em 3 vias, elaborado por técnico habilitado segundo as diretrizes do IAP para apresentação de projetos e, quando for o caso, Normas da ABNT, acompanhado de ART - anotação ou registro de responsabilidade técnica;
- i. Comprovante de recolhimento da Taxa Ambiental de acordo com as tabelas I (taxa de licenciamento) e III (análise de projeto) da Lei Estadual no 10.233/92.

III. III. Licença de Operação e respectiva renovação:

- a. Requerimento de Licenciamento Ambiental;
- b. Cadastro Industrial;
- c. Cópia da Licença de Instalação ou de Operação (no caso de renovação) e de sua respectiva publicação em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA n° 006/86;
- d. Prova de publicação de súmula do pedido de Licença de Operação ou de sua respectiva renovação em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA n° 006/86;
- e. Cópia do Cadastro de Consumidores de Matéria-Prima de Origem Florestal - "CC" (SERFLOR na página da SEMA) do IAP em se tratando de empreendimentos que extraíam, coletem, beneficiem, transformem,

industrializem, comercializem, armazenem e consumam produtos, subprodutos ou matéria-prima originária de qualquer formação florestal, nos termos do Decreto Estadual n.º 1.940, de 3 de junho de 1996; e

- f. Comprovante de recolhimento da Taxa Ambiental de acordo com a Tabela I (taxa de licenciamento) da Lei Estadual no 10.233/92.

Parágrafo único - Caso haja necessidade o IAP, *(sic)* solicitará anotação ou registro de responsabilidade técnica pela implantação e conclusão do projeto relativo ao Sistema de Controle Ambiental.”

## **4 PROCESSOS DE LICENCIAMENTO DA BASE DA TECHINT EM PONTAL DO PARANÁ**

Por meio da Lei nº 10.650 de 16 de abril de 2003 foi possível ter acesso ao processo de licenciamento do canteiro de obras da Techint S.A em Pontal do Paraná. O presente relatório procura demonstrar detalhadamente o processo que se iniciou em 2003, após a empresa ter vencido licitação e assinado contrato com a PETROBRAS S.A para construção de estacas e jaquetas da plataforma PRA-1, instalada a 115 km da costa fluminense. Posteriormente, outro processo de licenciamento se deu para a ampliação do canteiro para o recebimento de novos contratos.

O diretor operativo da Techint, dando continuidade às discussões mantidas em reunião com o Departamento de Licenciamento Estratégico (DLE) no dia 18 de fevereiro de 2003, solicitou através de ofício (DIOPE-015/03), de 10 de março de 2003, destinado ao IAP, emissão de documento que comprovasse a inexigibilidade de licenciamento ambiental à época e que indicasse a viabilidade ambiental para a reativação do canteiro a ser emitido em 20 dias para que pudesse ser apresentado junto à Petrobras. Descreveu que o canteiro implantado na década de 1980 nunca deixou de operar, apesar da redução significativa de suas atividades durante a década de 1990. Salienta, ainda, que na época de sua instalação não havia legislação ambiental que determinasse processos de licenciamento para atividades poluidoras e degradadoras do meio ambiente. Anexo a este ofício estaria um relatório desenvolvido pela Consiliu Projetos e Consultoria Ltda. que foi entendido como Relatório Ambiental Preliminar (RAP) no Parecer Técnico nº 009/2003, de 27 de março de 2003, do Departamento de Licenciamento Estratégico/ Diretoria de Controle de Recursos Ambientais (DLE/DIRAM) do IAP.

Segundo consta no parecer do IAP supramencionado, a área de 140.100,00 m<sup>2</sup> já contava com a infraestrutura necessária para o desenvolvimento da atividade e

somente obras de adequação seriam necessárias. Expõe-se que não haveria impactos civis<sup>2</sup>, já que todos ocorreram na época de instalação.

O relato ainda assume que seriam utilizados padrões de certificação como ISO 9001 e 14001, que a estação de tratamento de efluentes domésticos do local seria reformada e os resíduos sólidos de características não domésticas seriam enviados a Curitiba. Como pôde ser confirmado após averiguação do processo, o empreendimento recebeu parecer favorável da Capitania dos Portos e da Prefeitura Municipal.

O parecerista do IAP entendeu, através da leitura do RAP, que o empreendimento apresentava viabilidade ambiental aparente e era passível de enquadramento na legislação ambiental, já que não haveria novos impactos. Mencionou ainda que ocorreriam impactos positivos pelo emprego de mão de obra local e pela contratação de serviços no âmbito regional e que não seriam impostas pressões sobre a infraestrutura urbana pela importação de mão de obra.

Em 26 de maio de 2003, foi emitida a Licença Prévia (Anexo I). A licença determinou a elaboração do Projeto de Controle de Poluição Ambiental, o qual deveria prever a necessidade de dragagem ou ampliação do píer e era requisito para a emissão da Licença de Instalação. Além de determinar, como de costume, os padrões e condições com relação a emissões atmosféricas e de efluente, determinou que o projeto mencionado devesse ser implantado para a emissão de Licença de Operação.

O Parecer Técnico nº 020/2003 IAP – DLE/DIRAM, de 19 de julho de 2003 pedia que fossem consultados IBAMA, Conselho do Litoral e Capitania dos Portos do PR. Deveria, ainda, ser consultada a legislação vigente para a reativação desse empreendimento, uma vez que na época da instalação não havia legislação específica.

Segundo Informação Técnica nº 045/2003 – Núcleo de Licenciamento Ambiental (NLA) – Gerência Executiva (GerEx) – IBAMA/PR, o IBAMA foi consultado em 01 de agosto de 2003, sendo que o IAP havia sido consultado em 10 de março. Já o requerimento de licenciamento se deu apenas em 18 de setembro junto ao IBAMA e 28

---

<sup>2</sup> Entende-se que o termo “impactos civis”, utilizado pelo redator, faz referência aos impactos de cunho socioambiental.

de abril junto ao IAP via Escritório Regional do Litoral (ERLIT). O parecer ainda afirma que o ERLIT, por desconhecer o processo de licenciamento da DLE/DIRAM, emitiu a licença em 26 de maio de 2003. Para embasar o pedido de instalação da Techint junto ao IBAMA foi apresentado o Plano de Controle Ambiental. Em comparação com o RAP houve discrepâncias, principalmente a respeito da disposição e tratamento de efluentes. Isso, somado ao fato de que os dados do PCA eram mais concisos, fez com que o RAP não fosse levado em consideração na análise.

Segundo relatório sobre vistoria do IBAMA realizada em 18 de setembro de 2003, anexado à informação técnica anterior, as obras a serem realizadas no período de instalação seriam de adequação de algumas construções já existentes, demolição das estruturas já deterioradas, além da construção de pequenas novas. A plataforma de atracação seria recuperada. As estruturas de ferro para amarração das balsas seriam substituídas e um teste seria realizado para averiguar a necessidade de refazer as bases de concreto. Foi informado que não haveria a necessidade de dragagem como demonstraram os estudos de batimetria. Os relatores do relatório de vistoria entendem que o IAP deveria dar continuidade ao processo de licenciamento desde que cumprindo as recomendações do Parecer Técnico nº 045/03 NLA/GerEx/IBAMA-PR. O parecer, de forma resumida, define a necessidade de filtros aerossóis na cabine de jateamento e pintura e o tipo de revestimento a ser feito nas estruturas que serão submersas, descreve o procedimento de ensaios fotográficos e de monitoramento de efluentes, determina a construção de emissário e a apresentação do Plano de Preparação e Atendimento às Emergências.

No mesmo relatório de vistoria ficou determinada a necessidade de manifestação jurídica a respeito das especificações do mesmo, que foi dada através do Parecer nº 817/2003 da Diretoria Jurídica-PR/ Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis/ Procuradoria Geral Federal/ Advocacia Geral da União (DIJUR-PR/IBAMA/PGF/AGU) de 29 de outubro de 2003. A Procuradoria Federal Especializada salienta que parte do empreendimento é atingida pela faixa de terrenos da marinha, portanto de propriedade da União e que por isso o NLA procedeu a elaboração da Informação Técnica nº 045/2003 após a análise de PCA e RAP e redigiu

a relação de medidas a serem adotadas pelo órgão ambiental. A procuradoria entende que apesar de parte do terreno se encontrar em área de marinha, a área se encontra degradada há mais de duas décadas e a reativação seria de baixo impacto e, portanto, a competência de licenciamento seria do órgão estadual, IAP. Importante destaque dá a Procuradoria ao fato de que o objeto de licenciamento é apenas a construção de jaquetas para plataformas continentais. O transporte das jaquetas, bem como a utilização delas não são objetos do processo em questão.

O Chefe do DLE revisitou o processo, em 15 de dezembro de 2003, através do Parecer Técnico nº 035/03 IAP/DLE/DIRAM. Apontou os impactos concernentes à reativação do canteiro, envolvendo fluxos intensos de trabalhadores no sistema viário, poluição sonora, poluição do ar, impacto paisagístico, riscos de trabalho e para a saúde do trabalhador e o processo de ocupação nas áreas vizinhas do terreno. Além das considerações já presentes em outros documentos, determinou a contratação de mão de obra local, o treinamento e especialização do trabalho de profissionais locais e apresentação do Plano Básico Ambiental e o encaminhamento de relatório trimestral ao IAP. Este Plano parece diferir do anteriormente apresentado, Plano de Controle Ambiental elaborado pela Consiliu Projetos e Consultoria Ltda. Este contém os seguintes tópicos: considerações iniciais, justificativa do empreendimento, justificativa locacional, características do empreendimento, descrição das atividades a serem desenvolvidas no canteiro, instalações de infraestrutura, plano e gerenciamento de resíduos sólidos, caracterização socioambiental, caracterização da área, identificação dos impactos ambientais, proposição de medidas mitigadoras, considerações finais, anexos e referências bibliográficas.

No mesmo dia, 15 de dezembro de 2003, foi emitida a Licença de Instalação (Anexo II). Esta exigiu que fossem aplicadas as medidas requeridas no Parecer Técnico 035/03 IAP/ DLE/DIRAM. Esta Licença de Instalação tem validade até 15 de dezembro de 2004.

Em 11 de agosto de 2004, por meio de um ofício, a Techint solicitou renovação da Licença de Instalação, declarando permanecerem iguais os termos para a obtenção da licença. Advogou, ainda, que o Plano de Controle Ambiental (PCA) fosse

considerado ao invés do Plano Básico Ambiental (PBA), solicitado no Parecer Técnico nº 035/03 IAP/ DLE/DIRAM e que caso a resposta fosse negativa, solicitava o esclarecimento do conteúdo do PBA. Em 16 de agosto do mesmo ano, a Techint entra com o requerimento de Renovação de Licença de Instalação.

Segundo Parecer técnico s/ nº do DLE/DIRAM, de 27 de maio de 2005, a Licença de Instalação foi renovada em 22 de fevereiro 2005. O IAP determinou que fossem cumpridos todos os planos técnicos e ambientais prescritos no Plano de Controle Ambiental, salientando-se as condições e correções durante a instalação do complexo industrial; que fossem instaladas todas as unidades de tratamento de efluentes líquidos e perigosos nos padrões normativos, segundo Resoluções nº 31 e 42 SEMA/IAP; que se atentasse para as legislações e normas ambientais, considerando-se os Planos Emergenciais e Saúde Ocupacional; mantivessem e operassem pontos de monitoramento de ar, solo e água, das áreas de influência direta e indireta, produzindo os resultados em relatórios afins e encaminhados ao IAP, quando do período da implantação da atividade definida, os relatórios para análise e recomendações cabíveis.

A solicitação da Licença de Operação pela Techint se deu através de ofício s/nº endereçado ao presidente do IAP em 25 de abril de 2005. Segundo este documento, o objeto de licença recebeu parecer favorável após a vistoria do ERLIT, em 5 de abril de 2005 e em 22 de abril de 2005, o Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense (COLIT) realizou vistoria na qual se pronunciou a respeito de medida compensatória referente à implantação do projeto protótipo/experimental no Canteiro de Pontal do Sul, para determinação de eficiência de uma planta de tratamento de efluentes domésticos com raízes, o que permitiria, a conclusão do referido processo de licenciamento. No mesmo documento ainda é ressaltado o atraso do cronograma junto à PETROBRAS e solicitada brevidade na emissão da Licença de Operação para que o município de Pontal do Paraná e o litoral do Estado não percam os benefícios do projeto.

Na Informação Técnica nº 014/2005, endereçada à Techint, o COLIT lembra que deveria ter sido consultado quando da Licença Prévia, conforme determinam os Decretos Estaduais nº 2.722/84 e 5.040/89, assim como a Lei Estadual nº 12.234/98 e



a Resolução SEMA nº 31/1998. O conselho ainda pediu que fosse observado o Art. 12 do Decreto Estadual nº 5040/89 já que a área, considerada Unidade Ambiental Natural Planície de Restinga, não se encaixaria dentre as apresentadas no Art.11 do mesmo decreto. O Art. 11 determina os tipos de áreas em que não podem ser realizadas atividades industriais e o Art.12 determina que medidas devem ser observadas para a execução de atividades industriais nas demais áreas.

O mesmo documento elaborado pelo COLIT também menciona que no Plano Diretor do Município, aprovado pelo COLIT e arquivado pela Câmara, define a área como Setor Especial Portuário caracterizado por ser destinado à instalação das atividades portuárias, relacionadas ao embarque de passageiros e cargas não perecíveis, excluindo-se os graneis e líquidos de qualquer natureza. As tabelas anexas a esta definição determinam parâmetros de uso e ocupação do solo. Por fim, o COLIT declara seu parecer mesmo sem ter recebido e analisado o PCA, no qual consta o Projeto Arquitetônico completo do empreendimento e não o exige em face da urgência requerida pelo empreendedor. Como considerações pede que o processo seja apreciado pela comissão permanente do COLIT, na qual o município esteja representado; que o COLIT possa arquivar uma cópia do Projeto Arquitetônico em caso de parecer favorável; que sejam solicitadas as Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs); aconselha análise jurídica para o estabelecimento das medidas compensatórias por parte do COLIT, solicitado pelo presidente do IAP. Por fim, declara que em função da constante desobediência do IAP às exigências legais quanto ao licenciamento, compete à empresa protocolar junto ao IAP exigência de cumprimento da legislação.

Em 10 de maio de 2005 a comissão permanente do COLIT concede a Anuência Prévia nº 03/2005 para a reativação do canteiro, conforme estabelecido no Decreto Estadual nº 5040 de 1989. A ata referente à reunião 002/05 da comissão permanente 02 descreve que o IAP não enviou o Plano de Controle Ambiental. A comissão determinou medidas compensatórias tendo em vista o uso de Áreas de Preservação Permanente (APP). O montante seria de 0,5% do valor faturado pelo empreendimento que, estimado pela própria empresa, seria de 45 milhões de reais. O valor de 225 mil reais seria distribuído entre a revisão e complementação do Plano Diretor (40%),

investimento em calçadas e proteção aos pedestres e escolares entre a PR 412 e o local de entrada para o terreno da empresa (40%), investimento no Parque do Manguezal e projetos existentes de passarelas (10%) e ainda no projeto e instalação de tratamento dos efluentes finais por raízes (10%). Caso os projetos custem menos do que o destinado a eles a diferença deverá ser investida no Parque do Manguezal ou no Parque da Restinga.

É pertinente mencionar que o Parque Natural do Manguezal do Rio Perequê, abreviado como Parque do Manguezal, foi instituído através de do Decreto Municipal nº 709 de setembro de 2001. Já o Parque Natural Municipal da Restinga, abreviado como Parque da Restinga, apesar de encontrar-se em documentos como o Mosaico de Unidades de Conservação do Litoral Sul de São Paulo e do Litoral do Paraná (Lagamar e Projeto Orla de Pontal do Paraná) não foi instituído.

O Parecer Técnico s/nº DLE/DIRAM de 27 de maio de 2005 explica que a PROJU/IAP emitiu parecer em que afirma não ser competência do COLIT determinar as medidas compensatórias e que o IAP poderia acatá-las ou não. A PROJU discorre a respeito da necessidade de averbação da Reserva Legal por estar o imóvel em área rural. A empresa interpôs documento técnico que destacou ser a área urbana e não rural, conforme foi atestado pela Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná por meio da Certidão de Inserção do Imóvel no perímetro urbano nº05/05. O parecer é dado como favorável, exigindo a implementação de todas as medidas propostas pelo PCA e exigidas pelo IAP nas outras etapas de licenciamento, bem como de todos os planos de monitoramento e a execução do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

A Licença de Operação (Anexo III), emitida em junho de 2005 com validade de dois anos, aponta a necessidade de renovação, devendo atender o exigido pelo Parecer Técnico acima mencionado, além de Plano de Aplicação para implementação de medida compensatória no Parque do Manguezal e medidas mitigadoras e cumprir as já exigidas na Licença de Instalação.

Em 27 de dezembro de 2005, o empreendedor envia memorando aos cuidados do diretor presidente do IAP, a respeito de uma expansão do cais em cerca de 20m.

Informa que os pareceres junto à Capitania dos Portos e à Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina já se encontravam em trâmite e, ainda, que a Licença de Instalação expedida em 2003 e renovada em 2005 era válida até 22 de fevereiro de 2007.

Para a construção de uma jaqueta para a Plataforma de Mexilhão, também da PETROBRAS, seria necessário uma adaptação do cais existente já que a jaqueta anterior, PRA-1 pesava 5.000t e esta, PMXL-1, 10.000t. A adaptação se daria através da instalação de um novo cais distante 15m do existente.

Em 19 de janeiro de 2006 o Parecer Técnico nº 008/2005 IAP/ DLE/DIRAM, o IAP define o objeto do documento como reforma de cais existente numa extensão de 10 a 20m. O ofício proveniente de mesmo departamento e data demonstra parecer favorável à solicitação de Autorização Ambiental quanto à viabilidade técnica, entretanto o licenciamento (LP, LI, LO) deveria ser revisto.

Em dezembro de 2007 foi emitida a Renovação da Licença de Operação do canteiro (Anexo IV), válida até dezembro de 2011. Em agosto de 2009, o IBAMA manifestou-se através do ofício nº 813/2009 a respeito da competência do licenciamento das obras de ampliação do canteiro de obras e cais de atracação, respondendo ao ofício enviado no mês anterior pela Techint. Tendo em vista a renovação da Licença de Operação mencionada, a ausência de impacto regional, a tipologia das atividades e os antecedentes da superintendência do IBAMA no Estado, o IAP deveria efetuar o licenciamento.

Já em novembro do mesmo ano a empresa consulta novamente o IBAMA para manifestação de competência de licenciamento de uma dragagem para a readequação das necessidades de calado para o trânsito e atracagem de plataformas *offshore* no seu cais de atracação. O volume de sedimento previsto seria de 290.000m<sup>3</sup> e seria utilizado para recuperar processos erosivos no canteiro de obras do empreendimento.

Em dezembro de 2009, por meio do Memorando nº 88/09 NLA/IBAMA/PR, o IBAMA responde à consulta sobre a competência das obras de dragagem, declara que o empreendimento já vinha sendo licenciado pelo IAP. Em março de 2010, o diretor de

licenciamento ambiental do IBAMA reitera a competência do IAP agora no caso de ampliação do cais de atracação.

Segundo Memorial Descritivo da Estrutura de Atracação e Pátio de Retaguarda, realizado pela Planave S.A, datado de 12 de março de 2010, as obras seriam na estrutura de atracação, pátio de retaguarda e estrutura de contenção lateral do aterro. O memorial é composto pelos itens Introdução, Dados Condicionantes do Projeto, Localização e Arranjo das Obras.

Na informação Interna de 21 de outubro de 2010, endereçada à DIRAM, é descrita a vistoria realizada por servidores do ERLIT no dia 21 de setembro com o acompanhamento do Coordenador de Meio Ambiente e do Gerente de Qualidade, Segurança e Gestão Ambiental da Techint, no local do empreendimento que pleiteava a LP para a ampliação do cais. Segundo o relatório o requerente possui o pátio apto para receber toda a demanda. No mesmo também afirma-se que o canteiro teve sua ativação na década de 1980, reativação nos anos 2000 e que se encontrava inoperante. Descreve a estrutura já conhecida da área com sua sede administrativa, ETE e bases fixas de concreto que servem de apoio para a montagem das plataformas, além do um píer ladeado por dois *dolphins*. Este píer é o objeto deste pedido de LP, cuja ampliação seria de 35m na linha de água, o que necessitaria aterros, enroncamentos, dragagens e supressão de vegetação com influência fluvio-marinha. Para o prosseguimento do licenciamento deveriam ser seguidos os diplomas legais Lei nº 4.771/65, Art. 2º e 4º e seu parágrafo 4º, alterado pela MP 2.166/2001 - Resolução CONAMA nº 303/02 item VII e IX – Decreto Estadual nº2722/84 – Lei Estadual nº 7389/80.

A Licença Prévia para a ampliação do cais do canteiro de obras da Techint e da retroárea adjacente (Anexo V) foi emitida em 16 de novembro de 2010, com validade de dois anos. Para a obtenção da Licença de Instalação a empresa deveria: apresentar e manter relatório de acompanhamento de um programa de monitoramento contínuo da fauna aquática e terrestre; apresentar plano contendo objetivo, justificativa, métodos de operacionalidade, parceria, cronograma físico financeiro, em que constem as medidas mitigadoras e recomendações contidas nos estudos apresentados; cumprir com as

diretrizes apontadas pelo IPHAN e secretaria estadual da cultura relativas aos sambaquis, promover educação ambiental e comunicação social em relação à comunidade, elaborar inventário de vegetação e solicitar a supressão ao órgão competente, implementar plano de monitoramento da biota aquática, qualidade da água e características locais, implementar programa de monitoramento Sócio Econômico Cultural e apresentar Plano de Controle Ambiental de acordo com a Resolução CEMA/PR nº 70/2009.

A Licença de Instalação para ampliação do cais foi solicitada em novembro de 2010 e emitida em 14 de junho de 2011 (Anexo VI), de acordo com o Art. 8º, inciso III da Resolução CONAMA nº 237/97 e Art. 2º Inciso IV da Resolução CEMA/PR nº 65/08, que autoriza a instalação do empreendimento de acordo com as especificações constantes nos planos e programas apresentados ao IAP, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes da qual constituem motivo determinante. Esta licença tem validade até 14 de junho de 2013. Na mesma também foi estipulado o prazo de 120 dias para se firmar um Termo de Compromisso para a implantação de medidas mitigadoras aos impactos gerados nas rodovias PR 407 e PR 412 e seus acessos devido à circulação de veículos necessários à operação do empreendimento.

Em julho de 2011, foi expedida a Autorização Ambiental (Anexo VII) com validade de um ano, para dragagens pontuais na área adjacente ao cais da Techint Engenharia e Construção S/A, com as seguintes características: Área total: 187.237,05m²; Volume Real: 183.402,60 m³; Profundidade: (-12,00) m. As dragagens deveriam ser feitas no inverno com o intuito de minimizar o impacto na fauna estuarina. Para não causar prejuízo, a dragagem teria de ser programada segundo o tráfego das embarcações. A ressuspensão dos sedimentos deveria ser minimizada através de uma velocidade adequada de sucção. O material dragado seria utilizado no pátio de retaguarda da Techint para aterro hidráulico. A empresa deveria operar, inspecionar e manter adequadamente as unidades que compõem o processo, bem como comunicar ao IAP quando do encerramento das dragagens e quanto às medidas de controle e monitoramento adotadas.

Em 26 de setembro de 2011, foi renovada a Licença de Operação (Anexo VIII) e emitida em 18 de dezembro de 2007, dois meses após a confirmação de não ter havido modificações nas estruturas existentes, por meio de vistoria realizada em agosto pelo ERLIT, descrita pela informação Técnica datada de 12 de agosto de 2011.

Em virtude do pleito à Licença de Operação para a ampliação do cais, foi realizada vistoria em 10 de outubro, segundo consta no Parecer Técnico nº 221/2012 DIRAM/DLP. Nesse verificou-se o completo cumprimento dos termos do PCA no que se refere às medidas mitigadoras aos impactos gerados na implantação da atividade. Na data de 01 de agosto, a empresa ainda protocolou documento informando as ações que estavam sendo realizadas e que foi considerado Termo de Compromisso para Medidas Compensatórias. Quanto ao esgoto sanitário, o sistema de tratamento foi ampliado e modernizado, constituído de lodos ativados com cloração por UV, sendo o efluente final recirculado em 70%. Ficou entendido que a empresa estaria apta a iniciar suas operações.

Em 19 de outubro de 2012, foi emitida a Licença de Operação de para a ampliação do cais (Anexo IX), cuja validade expirou em 19 de outubro de 2014. A mesma foi emitida de acordo com o Art. 8º, inciso III da Resolução CONAMA nº 237/97, Art. 2º Inciso V da Resolução CEMA/IAP nº 65/08, e Art. 7º, inciso IV da Resolução CEMA nº 070/2009. As condicionantes para tanto são comuns aos processos e não apresentam especificidades ou novidades frente ao que já foi disposto.

Ocorre a solicitação de Renovação de Licença de Operação (Anexo X) em 21 de junho de 2013, que transcorre sem maiores requerimentos e foi expedida em novembro com validade até novembro de 2017. Um panorama geral das licenças expedidas pode ser visto na linha do tempo (Figura 3).

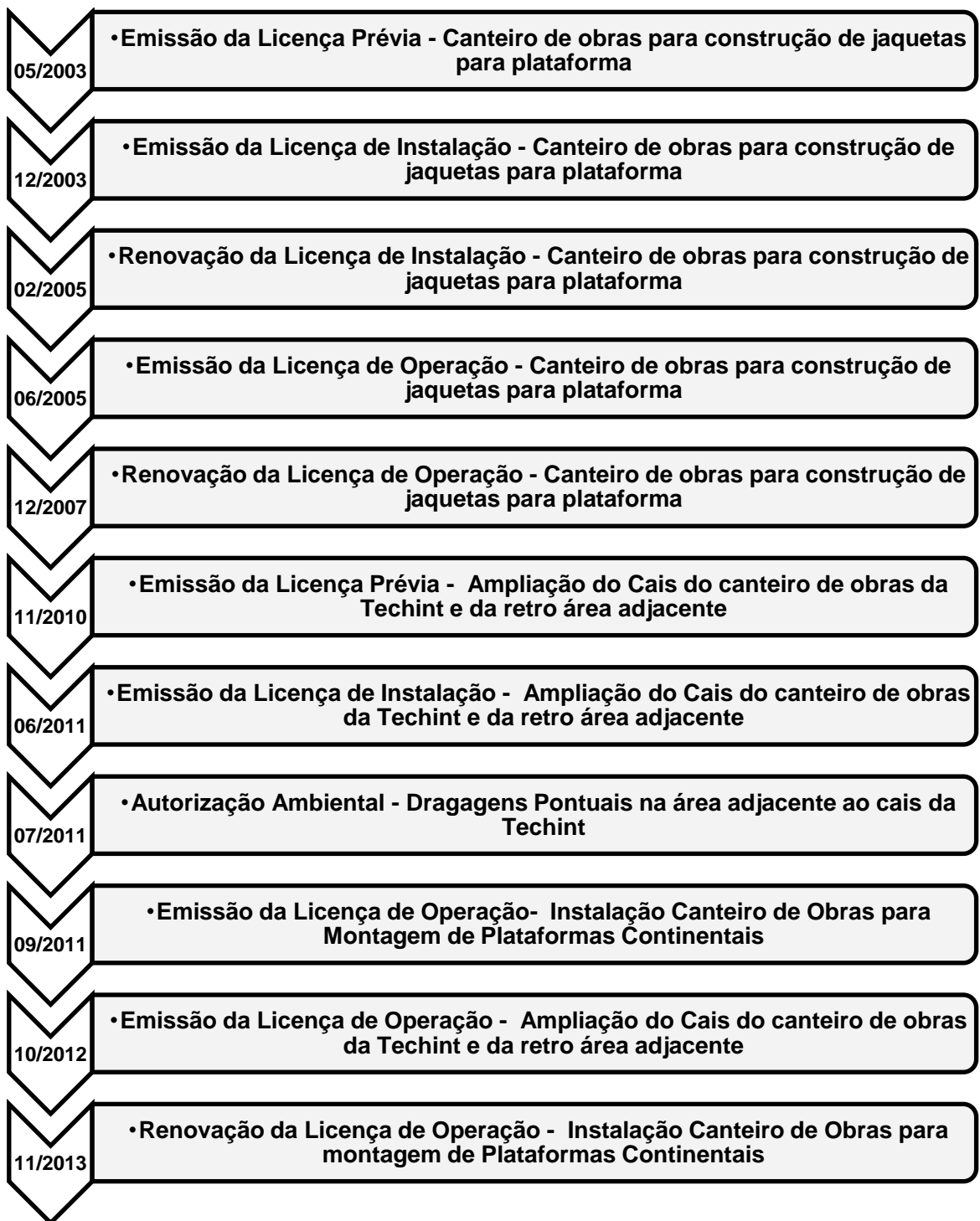


Figura 3: Linha do tempo do licenciamento

É possível visualizar a modificação da área em um comparativo das imagens do canteiro nos anos de 2002 e 2014 (Figura 4). Calcula-se que a área do canteiro tenha sido expandida em 25.017 m<sup>2</sup>. Nota-se ainda erosão costeira, a qual requer estudos para quantificar e/ou corrigir o problema. Cabe mencionar que, anexo ao processo de licenciamento, encontra-se o Parecer Técnico do Laboratório de Estudos Costeiros da UFPR, datado de agosto de 2005, a respeito dos impactos ambientais das obras de reforço e recuperação da erosão costeira da área na frente estuarina do terreno de marinha cedido ao Instituto de Cultura Espírita do Paraná. Segundo o parecer, as causas da erosão foram atribuídas à construção do canal do DNOS e ao espigão onde é atualmente o canteiro de obras da Techint, construído na década de 1980.

Consta no acesso ao software *Google Earth Pro*, que as imagens utilizadas para a elaboração do comparativo do canteiro nos anos de 2013 e 2014 (Figura 5) são de agosto de 2013 e agosto de 2014. É possível notar uma pequena alteração do canteiro neste período. A Licença de Instalação referente à ampliação do canteiro tem validade até 14 de junho de 2013.



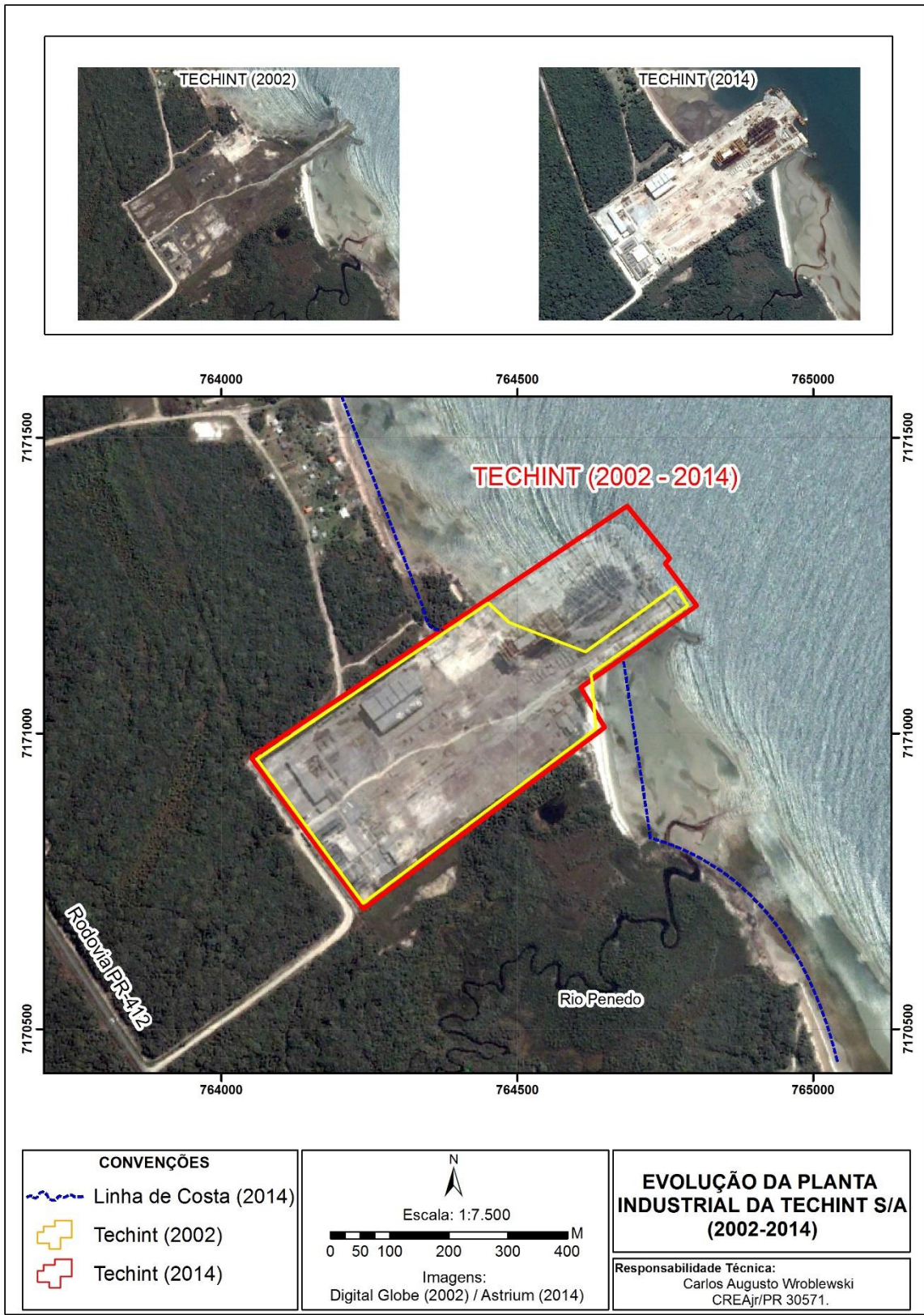


Figura 4: Evolução do Canteiro de Obras da Techint de 2002 a 2014



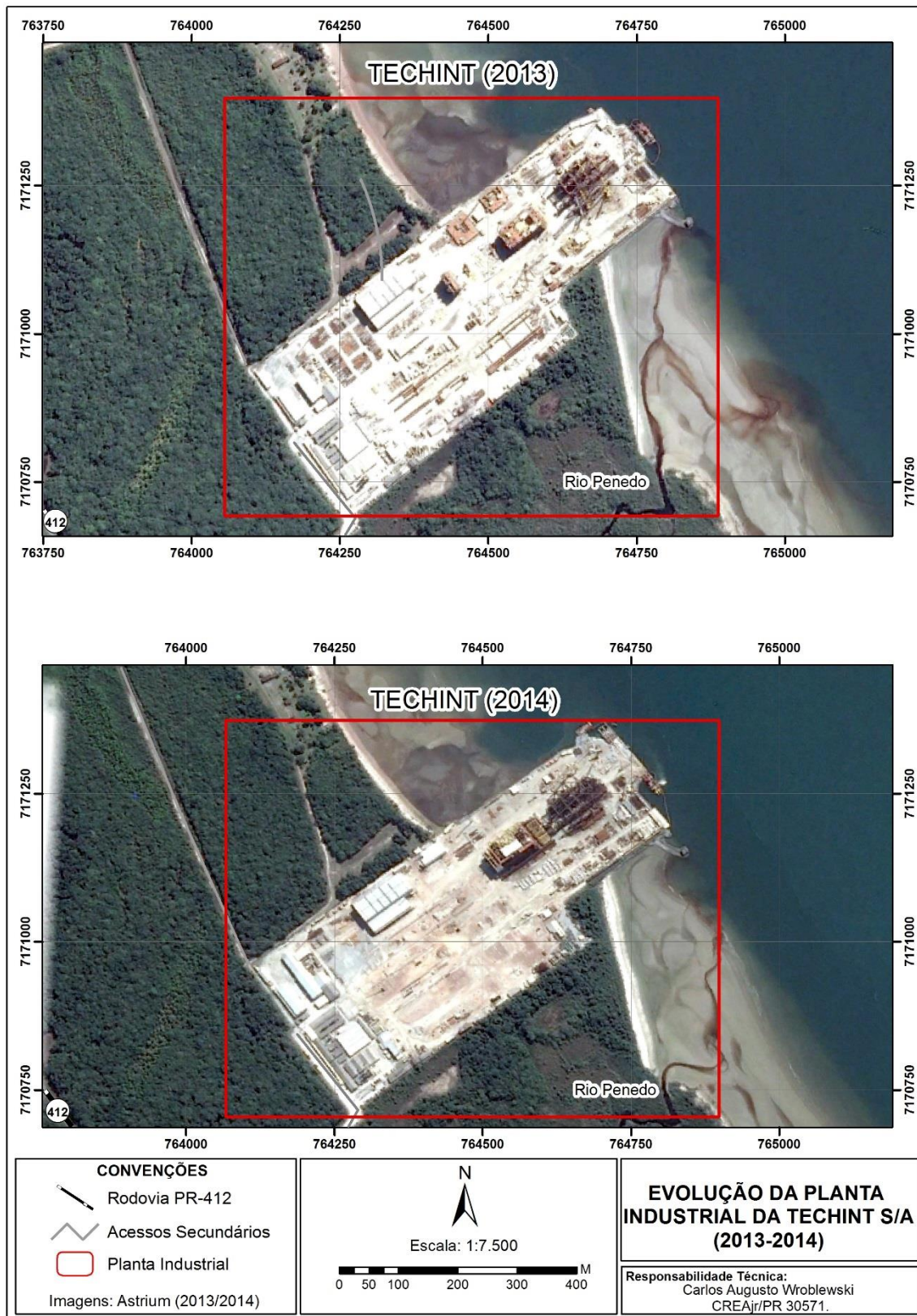


Figura 5: Evolução da Planta Industrial da Techint de 2013 e 2014

## 5 DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de um panorama geral de como ocorrem os licenciamentos no Brasil e no Estado do Paraná e da análise de documentos pertinentes ao caso da Techint é possível fazer algumas considerações.

Primeiramente, há um desencontro de informações a respeito do período entre o término das operações na década de 1980 e a reativação nos anos 2000. Em ofício, a empresa afirma que o canteiro nunca foi desativado, entretanto se assim fosse deveria haver licença de operação vigente, do tipo LOR.

No princípio do processo, o Parecer Técnico nº 009/2003 do DLE/DIRAM afirma que ocorreriam apenas algumas reformas nas estruturas existentes, portanto não havendo novas obras não haveria novos impactos civis, eles já teriam ocorrido em sua totalidade à época da primeira instalação. Ponderam que poderiam ser constatados impactos positivos pela contratação de mão de obra local. Estas são, pelo visto durante o estudo, apenas suposições, já que não houve estudos aprofundados sobre os impactos socioeconômicos.

A empresa trabalha periodicamente, por contratos de serviço. Ela se prepara para receber um contrato, o executa e finaliza suas atividades até que outro contrato seja assinado. O município segue esta dinâmica de ciclos, tendo sua dinâmica econômica modificada por certo período de tempo e retornando às demais atividades não associadas à presença da empresa quando esta já não opera. É necessário prever o tempo de operação e conseqüentemente um plano para desativação, no qual constem as medidas que mitigarão e/ou compensarão o impacto social, algo geralmente considerado quando se elabora um EIA/RIMA. Cabe ainda lembrar os valores da empresa incluem compromisso com o desenvolvimento local e presença em longo prazo, o que ratificaria este tipo de preocupação.

Além da previsão de períodos de operação, há de se prevenir quanto a eventuais desativações ou paralisações, a exemplo do que ocorreu em 2013 quando a empresa OSX cancelou uma das plataformas encomendadas. Segundo o artigo “Techint demite 95% em Pontal” de 05 de novembro de 2013, da Gazeta do Povo, a OSX cancelou a construção da plataforma WHP1 em 2013 e a Techint demitiu 95% de seus funcionários.

É possível notar que os processos de licenciamento foram se seguindo pouco a pouco de maneira que as alterações parecessem únicas. Primeiramente ocorreriam apenas reformas, depois a construção de alojamento para os funcionários (não necessitou licenciamento), dragagem e ampliação. Os anteriores abrem precedentes para os seguintes e quando se somam todas as modificações realizadas desde 2003 tem-se algo muito maior. Pode-se supor que se o requerimento de licenciamento ambiental contemplasse todas as alterações ocorridas nestes doze anos, o entendimento do órgão ambiental poderia ser outro. Caso tivesse sido optado pela elaboração de EIA/RIMA, por exemplo, as possíveis ampliações já deveriam ser apontadas.

Um importante problema de como o licenciamento no Paraná e no Brasil se dá devido à ausência de um panorama geral do setor ao qual o empreendimento almejado se refere. Hoje se aprova a viabilidade ou não daquilo que foi proposto e caso seja julgado inviável serão propostas alternativas. Há de se estudar a necessidade de tal obra e alternativas de acordo com o que o município, região, estado ou país necessita. A presença e atividade da Techint dá início a um processo de mudança de perfil do município de Pontal do Paraná que não está sendo planejado no que tange à estrutura do município. O Porto de Pontal já obteve Licença Prévia, a qual está condicionada à construção de uma nova rodovia, cuja elaboração do EIA/RIMA encontra-se em andamento. Recentemente os Terminais Marítimos da Melport realizaram Audiência Pública, para apresentar seu EIA/RIMA, visando obtenção de Licença Prévia. O impacto da reativação da Techint pode ser mínimo, mas quando somado estes e outros empreendimentos cogitados e/ou especulados tornam a dimensão dos impactos exponencial.

Sabe-se, principalmente através dos exemplos vizinhos, que a necessidade de uma abordagem holística e em longo prazo é necessária. Paranaguá não previu ou planejou adequadamente, ao longo de sua história, o desenvolvimento do porto e hoje enfrenta problemas urbanos dignos de grandes centros como, por exemplo, a altíssima densidade demográfica da Ilha dos Valadares, somada à sua falta de infraestrutura. Pontal do Paraná deixaria de ser um município de turismo de veraneio para ser um município portuário/industrial. Essa significativa transformação, além do próprio município, pode modificar a dinâmica dos municípios vizinhos, causando impactos regionais.

Percebe-se que as normas foram cumpridas, entretanto há uma lacuna de entendimento, de percepção, por parte do órgão que não abrange especificações como as acima mencionadas. Cabe a ele adotar esta linha de raciocínio e determinar, dentro dos mecanismos existentes, maneiras de detalhar os processos neste sentido, seguindo o princípio da precaução. Uma das alternativas que o órgão ambiental poderia encontrar é o requerimento de EIA/RIMA. Este assunto se faz delicado já que empreendimentos na mesma localidade ou da mesma área passam por essa exigência e outros não. Ademais, não é novidade o questionamento das decisões do IAP por outras instituições como COLIT e Ministério Público, bem como se espera do empreendedor, apesar de não ser sua obrigação, uma postura ética que cobre o órgão ambiental o cumprimento da legislação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTAQ. Disponível em: <<http://goo.gl/ZibK0s>> Acesso em: 13 jan. 2015

APPA. Gabinete da Superintendência. Ofício nº 300/04. Paranaguá, 2004.

APPA, FEESC, LABTRANS. **Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Antonina**. Florianópolis, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/34KbVA>> Acesso em: 20 dez.14.1

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Paranaguá**. Florianópolis, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/K6Gs3J>> Acesso em: 20 dez.14.

ARAÚJO, F. H. C. B. **Sistema Portuário Brasileiro: Evolução e Desafios**. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Engenharia e Gestão Portuária) – Departamento de Engenharia Civil, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/Q71JBn>>. Acesso em: 18 dez.14.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 001, de 23 de janeiro de 1986. Define as situações e estabelece os requisitos e condições para desenvolvimento de Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 fev. 1986. Disponível em: <<http://goo.gl/1o9O3U>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 009, de 3 de dezembro de 1987. Dispõe sobre a realização de Audiências Públicas no processo de licenciamento ambiental. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 jul 1990. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=60>>. Acesso em: 10 mar. 15.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Dispõe sobre os procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental e no exercício da competência, bem como as atividades e empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 22 dez. 1997. Disponível em: <<http://goo.gl/s2SynV>> Acesso em: 15 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº303/02. Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 mai. 2002. Disponível em: <<http://goo.gl/oWwCps>> Acesso em: 04 set.14.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011. Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao

combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 dez. 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp140.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp140.htm)> Acesso em: 10 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.771. Institui o novo Código Florestal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 set. 1965. Disponível em: <<http://goo.gl/ENajkD>> Acesso em: 10 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2 set. 1981. Disponível em: <<http://goo.gl/lf0n2r>> Acesso em: 10 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.666/93. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 22 jun. 1993. Disponível em: <<http://goo.gl/A5Ac3v>> Acesso em: 04 set.14.

\_\_\_\_\_. Lei 8.883/94. Altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 jun. 1994. Disponível em: <<http://goo.gl/C12TMp>> Acesso em: 04 set.14.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.987/95. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 fev. 1995. Disponível em: <<http://goo.gl/Xj1CCs>> Acesso em: 05 set.14.

\_\_\_\_\_. Lei 9.074/95. Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 jul. 1995. Disponível em: <<http://goo.gl/jadCjw>> Acesso em: 07 set.14.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.277/96. Autoriza a União a delegar aos municípios, estados da federação e ao Distrito Federal a administração e exploração de rodovias e portos federais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 mai. 1996. Disponível em: <<http://goo.gl/eyBZ2h>> Acesso em: 08 set.14.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997. Altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 set. 1997. Disponível em: <<http://goo.gl/7Bbz2f>> Acesso em: 04 out.14.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003. Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sisnama. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 abr. 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.650.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.650.htm)> Acesso em: 14 mar. 15.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.428, de 11 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 dez. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11428.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11428.htm)> Acesso em: 10 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.518, de 5 de setembro de 2007. Acresce e altera dispositivos das Leis nº 10.683, de 28 de maio de 2003, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.893, de 13 de julho de 2004, 5.917, de 10 de setembro de 1973, 11.457, de 16 de março de 2007, e 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, para criar a Secretaria Especial de Portos, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 6 set. de 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/UOImnh>> Acesso em: 19 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 88.351/83. Dispõem, respectivamente, sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1 jun. 1983. Disponível em: <<http://goo.gl/k7d5nj>> Acesso em: 04 out.14.

\_\_\_\_\_. Lei nº 99.274, de 6 de junho de 1990. Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 jun. 1990. Disponível em: <<http://goo.gl/Fhqh6C>> Acesso em: 11 jul. 2014

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. Portaria nº 150, de 8 de maio de 2006. Mosaico de Unidades de Conservação do Litoral Sul de São Paulo e do Litoral do Paraná – Lagamar. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/legislacao/areas-protegidas>> Acesso em: 15 jan. 2015.

BREITLING, U. Latin America: the new role of training in the port restructuring process. In: **International Port Training Conference** — IPTC. Proceedings... Göteborg, 1999. 27 p.

BRITO, F. A. A. et al. Breves considerações sobre os princípios do direito ambiental brasileiro. In: **Âmbito Jurídico**, In: Âmbito Jurídico, RioGrande, XIV, n. 94, nov 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/r6dbsh>>. Acesso em 11 mar. 2015.

CANEPARO, S. C. **Manguezais de Paranaguá: uma análise da dinâmica da ocupação antrópica no Perímetro Urbano de Paranaguá - 1952-1996**. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 1999.

EUSTAQUIO, O. Techint demite 95% em Pontal. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 5 nov. 2013. Economia. Disponível em: <<http://goo.gl/ZuscAx>> Acesso em 28 jan. 15.

GIBERTONI, C. A. A Lei de Modernização dos Portos. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, I, n. 0, fev. 2000. Disponível em: <<http://goo.gl/bgggA>> Acesso em: 16 dez.14.



GODOY, A. M. G. **Um olhar sobre a cidade de Paranaguá:** os impactos socioambientais das mudanças portuárias. 230 p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1998.

GOOGLE EARTH PRO. Imagem do Canteiro de Obras da Techint S.A. 7 out. 2002.

\_\_\_\_\_. Imagem do Canteiro de Obras da Techint S.A. 11 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. Imagem do Canteiro de Obras da Techint S.A. 24 ago. 2014.

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. Departamento de Licenciamento Estratégico - Diretoria de Controle de Recursos Ambientais. **Parecer Técnico nº 035/03.** Curitiba, 2003.

\_\_\_\_\_. Departamento de Licenciamento Estratégico - Diretoria de Controle de Recursos Ambientais. **Parecer Técnico nº 20/2003.** Curitiba, 2003.

\_\_\_\_\_. Departamento de Licenciamento Estratégico - Diretoria de Controle de Recursos Ambientais. **Parecer Técnico nº 009/2003.** Curitiba, 2003.

\_\_\_\_\_. Departamento de Licenciamento Estratégico - Diretoria de Controle de Recursos Ambientais. **Parecer Técnico s/ nº.** Curitiba, 2005.

\_\_\_\_\_. Diretoria de Controle de Recursos Ambientais - Departamento de Licenciamento Estratégico. **Parecer Técnico nº 008/05.** Curitiba, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>> Acesso em: 03 jun.14.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS RENOVÁVEIS. Diretoria Jurídica/PR - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis - Procuradoria Geral Federal - Advocacia Geral da União. **Parecer nº 817/2003.** Curitiba, 2003.

\_\_\_\_\_. Diretoria de Licenciamento Ambiental. **Ofício nº 813/2009.** Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. Escritório Regional do Litoral. **Informação Técnica s/nº.** Paranaguá, 2011.

\_\_\_\_\_. Gerência Executiva. **Relatório de Vistoria.** Curitiba, 2003.

\_\_\_\_\_. Núcleo de Licenciamento Ambiental - Gerência Executiva. **Informação Técnica nº 045/2003.** Curitiba, 2003.

IPARDES. Caderno Estatístico Município de Pontal do Paraná. 2010. Disponível em:<<http://goo.gl/Yb8eU0>> Acesso em: 03 jun.14.

KITZMANN, D; ASMUS, M. Gestão ambiental portuária: desafios e possibilidades. **SciELO**, Rio de Janeiro 40(6): 1041-60, Nov. /Dez. 2006. Disponível em: <<http://goo.gl/zLpknk>> Acesso em: 18 jan.15.

LANA, P. C.; MARONE, E. LOPES, R. M.; MACHADO, E. (2001). The subtropical estuarine complex of Paranaguá Bay, Brazil. **Ecol. Stud.**, Berlin, v. 144, p. 131-145.

MANTELI, W. A modernização de uma infraestrutura capaz de impulsionar o desenvolvimento: importância do investimento privado. In: **Fórum Nacional do Instituto Nacional de Altos Estudos**, 17., Rio de Janeiro, 2005. Anais... Rio de Janeiro: Inae, 2005.

MATA ATLÂNTICA. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/biomas/mata-atlantica>> Acesso em: 10 mar. 2015.

O QUE É CONAMA? Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/estr1.cfm>> Acesso em: 14 jan. 2015.

PARANÁ. Conselho de Desenvolvimento do Litoral Paranaense. Decreto Estadual nº 5040, de 11 de maio de 1989. Define o Macrozoneamento da Região do Litoral Paranaense. **Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná**. Curitiba. Disponível em: <<http://goo.gl/kjYI2F>> Acesso em: 22 dez.14.

\_\_\_\_\_. Conselho Estadual do Meio Ambiente. Resolução nº 065, de 01 de julho de 2008. Dispõe sobre o licenciamento ambiental, estabelece critérios e procedimentos a serem adotados para as atividades poluidoras, degradadoras e/ou modificadoras do meio ambiente e adota outras providências. **Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná**. Curitiba. Disponível em: < <http://www.iap.pr.gov.br/>> Acesso em: 10 jul.14.

\_\_\_\_\_. Conselho Estadual do Meio Ambiente. Resolução nº 070, de 2009. Dispõe sobre o licenciamento ambiental, estabelece condições e critérios e dá outras providências, para Empreendimentos Industriais. **Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná**. Curitiba. Disponível em: < <http://goo.gl/HBK24A>> Acesso em: 25 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto Estadual nº2722 de 14 de março de 1984. Aprova o Regulamento que especifica e define as condições para o aproveitamento de áreas e locais considerados de interesse turístico, de que trata o artigo 1.º da Lei Estadual n.º 7389 de 12 de novembro de 1980. **Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná**. Curitiba. Disponível em: < <http://goo.gl/jKMvuh>> Acesso em: 23 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Resolução nº 31 de 24 de agosto de 1998. Dispõe sobre o licenciamento ambiental, autorização ambiental, autorização florestal e anuência prévia para desmembramento e parcelamento de gleba rural. **Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná**. Curitiba. Disponível em: < <http://goo.gl/zgmA6Q>> Acesso em: 30 jan. 2015.

PLANAVE S.A. Memorial Descritivo da Estrutura de Atracação e Pátio de Retaguarda apresentado ao Instituto Ambiental do Paraná. Curitiba, março. 2010. 10p.

PONTAL DO PARANÁ. Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima PROJETO ORLA: Plano de Intervenção na Orla Marítima de Pontal do Paraná. 2004. Disponível em: <<http://goo.gl/FKyt1W>> Acesso em: 08 jan. 2015.

REDAÇÃO. Pontal do Pré-Sal é principal atrativo do Paraná para investidores nacionais. **Correio do Litoral**, Guaratuba, 16 de ago. 2012. Categoria Pontal do Paraná. Disponível em: <<http://correiodolitoral.com/manchete/5326-pontal-do-pre-sal-e-principal-atrativo-do-parana-para-investidores-nacionais>> Acesso em: 20 ago. 2012.

SEP - Secretaria de Portos da Presidência da Republica. Sistema Portuário Nacional. Disponível em: <<http://www.portosdobrasil.gov.br/assuntos-1/sistema-portuario-nacional>> Acesso em: 18 dez.14.

SOARES, C.R. **Os portos de Paranaguá (PR) e Itajaí (SC):** análise comparativa das suas relações com as cidades de inserção, da estrutura operacional atual e das condições socioambientais das regiões de entorno. 204 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

TECHINT. Disponível em: <<http://www.techint.com/en/teic.aspx>> Acesso em: 08 jul.2014

## ANEXOS

## ANEXO I

LICENÇA PRÉVIA - CANTEIRO DE OBRAS PARA CONSTRUÇÃO DE  
JAQUETAS PARA PLATAFORMA – Frontispício

 <b>GOVERNO DO PARANÁ</b> Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos		<b>IBAMA/PR</b> FLS. 28 RUB. 022 	<b>Licença Prévia</b> N° 1569 Validade 26/05/04 Protocolo 55876037 
O Instituto Ambiental do Paraná - IAP, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o n° 55876037, expede a presente Licença Prévia à:			
<b>01 IDENTIFICAÇÃO DO AUTORIZADO</b>			
Razão Social - Pessoa Jurídica / Nome - Pessoa Física			
<b>TECHINT S/A</b>			
Endereço			
RUA TABAPUÃ N° 41			
Bairro	Município	UF	Cep
ITAIM BIBI	São Paulo	SP	04533021
<b>02 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO</b>			
Empreendimento			
<b>TECHINT S/A</b>			
Tipo de empreendimento/atividade			
Canteiro de obras para construção de jaquetas para plataforma			
Endereço		Bairro	
Ponta do Poço		Ponta do Poço	
Município		Cep	
Pontal do Paraná		83255000	
Corpo Hídrico do Entorno		Bacia Hidrográfica	
*****		Litoral	
Destino do Esgoto Sanitário		Destino do Efluente Final	
*****		*****	
<b>03 REQUISITOS DO LICENCIAMENTO PREVIO</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>Súmula desta licença deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação local ou regional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos termos da Resolução CONAMA n° 006/86.</li> <li>Esta LICENÇA PRÉVIA tem a validade acima mencionada, observados os dados do cadastro apresentado, devendo ser atendidos os requisitos abaixo.</li> <li>Quaisquer alterações ou expansões nos processos de produção ou volumes produzidos pela indústria e alterações ou expansões no empreendimento, deverão ser licenciados pelo IAP.</li> <li>Esta LICENÇA PRÉVIA deverá ser afixada em local visível</li> </ul>			
Detalhamento dos Requisitos de licenciamento			
Este empreendimento de acordo com as características consideradas para emissão desta Licença, necessita de Licença de Instalação e de Operação, devendo ser encaminhado o Projeto de Controle de Poluição Ambiental, conforme retrizes do IAP.			
A licença de Instalação esta condicionada à apresentação do Projeto supra, o qual deverá ser encaminhado em 02 (duas) vias, para análise e aprovação do IAP. Se necessário dragagens e aterros no pier também contemplar no Projeto. A licença de Operação estará condicionada à implantação do Projeto referenciado, previamente aprovado pelo IAP.			
As emissões atmosféricas deverão atender os padrões de lançamento estabelecidos na Resolução n.º 041/02-SEMA.			
Os efluentes de qualquer fonte poluidora somente poderão ser lançados, direta ou indiretamente, nos corpos de água desde que obedeçam as seguintes condições:			
a) pH entre 5 a 9;			
b) temperatura: inferior a 40° C, sendo que a elevação da temperatura do corpo receptor não deverá exceder a 3° C;			
c) materiais sedimentáveis: até 1 ml/litro em teste de 1 hora em cone Imhoff. Para o lançamento em lagos e lagoas, cuja velocidade de circulação seja praticamente nula, os materiais sedimentáveis deverão estar virtualmente ausentes;			
d) regime de lançamento com vazão máxima de até 1,5 vezes a vazão média do período de atividade diária do agente poluidor;			
e) óleos e graxas			
-- óleos minerais até 20 mg/l			
-- óleos vegetais e gorduras animais até 50 mg/l;			
f) ausência de materiais flutuantes;			

## ANEXO II

LICENÇA DE INSTALAÇÃO - CANTEIRO DE OBRAS PARA CONSTRUÇÃO  
DE JAQUETAS PARA PLATAFORMA – Frontispício

 <b>GOVERNO DO PARANÁ</b> Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	 <b>INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ</b> Diretoria de Controle de Recursos Ambientais	<b>Licença de Instalação</b> Fls. 67 N° 1226 Validade 15/12/2004 Protocolo 56776176
O Instituto Ambiental do Paraná-IAP, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o n° 56776176, expede a presente Licença de Instalação à:		
<b>01 IDENTIFICAÇÃO DO AUTORIZADO</b>		
Razão Social - Pessoa Jurídica / Nome - Pessoa Física <b>TECHINT S/A</b>		
C.G.C. - Pessoa Jurídica / C.P.F. - Pessoa Física 61575775000180		Inscrição Estadual - Pessoa Jurídica / R.G. - Pessoa Física ISENTA
Endereço <b>RUA TABAPUÁ N° 41</b>		
Bairro <b>ITAIM BIBI</b>	Município <b>São Paulo</b>	UF <b>SP</b>
Cep <b>04533021</b>		
<b>02 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO</b>		
Empreendimento <b>TECHINT S/A</b>		
Tipo de empreendimento/atividade <b>Canteiro de obras para montagem de plataformas continentais</b>		Número de Unidades *****
Endereço <b>Ponta do Poço</b>		Bairro <b>Ponta do Poço</b>
Município <b>Pontal do Paraná</b>		Cep <b>83255000</b>
Corpo Hídrico do Entorno *****		Bacia Hidrográfica <b>Litoral</b>
Destino do Esgoto Sanitário *****		Destino do Efluente Final <b>Rede de Esgoto</b>
<b>03 REQUISITOS DO LICENCIAMENTO DE INSTALAÇÃO</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>Súmula desta licença deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação local ou regional; no prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos termos da Resolução CONAMA n° 006/86.</li> <li>Esta LICENÇA DE INSTALAÇÃO tem a validade acima mencionada, observados os dados fornecidos no cadastro e no projeto de sistema de tratamento de resíduos ou plano de controle ambiental em anexo, devidamente certificado pelo IAP, devendo a sua renovação ser solicitada ao IAP com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias.</li> <li>Quaisquer alterações ou expansões nos processos de produção ou volumes produzidos pela indústria e alterações ou expansões no empreendimento, deverão ser licenciados pelo IAP.</li> <li>Esta LICENÇA DE INSTALAÇÃO deverá ser afixada em local visível</li> </ul>		
Detalhamento dos Requisitos de Licenciamento		
Portanto dever-se-á aplicar medidas de mitigação. - Cumprir com a implementação da contratação de mão de obra local,- - Treinar e especializar o trabalho de profissionais local (mão de obra especializada a serem contratadas),- - Apresentar controle de riscos das condições de trabalho/saúde do trabalhador,- - Definir os filtros de aerossóis na cabine de jateamento e pintura,- - Definir o tipo de revestimento a ser feito nas estruturas que serão submersas,- - Descrever o procedimento de ensaios radiográficos, com indicação de necessidade de segregação temporal e/ou espacial das atividades,- - Descrever os procedimentos de monitoramento dos efluentes com frequência mínima mensal dos parâmetros sugeridos,- - Construir o emissário,- - Apresentar o Plano Básico Ambiental,- - Apresentar o Plano de Preparação e Atendimento às Emergências, bem como os equipamentos necessários para exequibilidade do mesmo,- - Cumprir com todas as medidas mitigadoras exaradas no PCA,- - Encaminhar relatório trimestral ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP.		

## ANEXO III

# LICENÇA DE OPERAÇÃO - CANTEIRO DE OBRAS PARA CONSTRUÇÃO DE JAQUETAS PARA PLATAFORMA – Frontispício

 <p><b>GOVERNO DO PARANÁ</b> Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos</p>	 <p><b>Instituto Ambiental do Paraná</b> Diretoria de Controle de Recursos Ambientais</p>	<p><b>Licença de Operação</b> Nº 7609 Validade 7/6/2007 Protocolo 84158283</p>
<p>O Instituto Ambiental do Paraná - IAP, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o nº 84158283, expede a presente Licença de Operação à:</p>		
<p><b>01 IDENTIFICAÇÃO DO AUTORIZADO</b></p>		
<p>Razão Social - Pessoa Jurídica / Nome - Pessoa Física</p>		
<p><b>TECHINT S/A</b></p>		
<p>C.G.C. - Pessoa Jurídica / C.P.F. - Pessoa Física</p>		<p>Inscrição Estadual - Pessoa Jurídica / R.G. - Pessoa Física</p>
<p>61575775000180</p>		<p>ISENTO</p>
<p>Endereço</p>		
<p><b>RUA TABAPUÁ Nº 41</b></p>		
<p>Bairro</p>	<p>Município</p>	<p>UF Cep</p>
<p><b>ITAIM BIBI</b></p>	<p><b>São Paulo</b></p>	<p><b>SP 04533021</b></p>
<p><b>02 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO</b></p>		
<p>Empreendimento</p>		
<p><b>INSTALAÇÃO DE CANTEIRO DE OBRAS PARA MONTAGEM DE PLATAFORMAS CONTINENTAIS</b></p>		
<p>Tipo de empreendimento/atividade</p>		
<p><b>Reativacao do canteiro de montagem de equipamentos off-shore</b></p>		
<p>Endereço</p>		<p>Bairro</p>
<p><b>Avenida Atlântica, s/n</b></p>		<p><b>Balneário Pontal do Sul</b></p>
<p>Município</p>		<p>Cep</p>
<p><b>Pontal do Paraná</b></p>		<p><b>80000000</b></p>
<p>Corpo Hídrico do Entorno</p>		<p>Bacia Hidrográfica</p>
<p><b>Baía de Paranaguá</b></p>		<p><b>Litorânea</b></p>
<p>Destino do Esgoto Sanitário</p>		<p>Destino do Efluente Final</p>
<p><b>Infiltração no Solo</b></p>		<p><b>Infiltração no Solo</b></p>
<p><b>03 REQUISITOS DO LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO</b></p>		
<p>• Súmula desta licença deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação local ou regional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos termos da Resolução CONAMA nº 006/86.</p>		
<p>• Esta LICENÇA DE OPERAÇÃO tem a validade acima mencionada, devendo a sua renovação ser solicitada ao IAP com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias.</p>		
<p>• Qualquer alteração ou expansão nos processos de produção ou volumes produzidos pela indústria e alterações ou expansões no empreendimento, deverão ser licenciados pelo IAP.</p>		
<p>• LICENÇA DE OPERAÇÃO deverá ser afixada em local visível</p>		
<p><b>Detalhamento dos Requisitos de Licenciamento</b></p>		
<p>Este empreendimento necessitará de Renovação de Licença Ambiental de Operação, devendo atender:</p>		
<p>1) Implementação de todas as medidas ambientais propostas no Plano de Controle Ambiental e exigidas pelo IAP nas outras etapas do processo de Licenciamento Ambiental.</p>		
<p>2) Implementação de todos os planos de Monitoramento Ambientais propostos.</p>		
<p>3) Execução do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.</p>		
<p>4) Deverá apresentar Plano de Aplicação para Implementação de Medida Compensatória no Parque do Manguezal e Medidas Mitigadoras, cumprir as já exigidas na Licença Ambiental de Instalação, haja vista a utilização de Áreas de Preservação Permanente.</p>		
<p>Deverá constar ainda, do corpo da Licença Operacional os seguintes enunciados:</p>		
<p>A presente Licença foi emitida com o que estabelecem os artigos 8, inciso III da Resolução 237/97 do CONAMA e, artigo 2, inciso III da Resolução SEMA 31/98, de 24 de agosto de 1998, autorizando a operação do empreendimento, devendo ser observados rigorosamente, durante sua operação, os itens abaixo descritos:</p>		
<p>- As ampliações ou alterações nos processos, ensejarão novos licenciamentos prévio, de instalação e operação, para a área ampliada ou alterada;</p>		
<p>- A concessão desta licença não impedirá exigências futuras, decorrentes de avanços tecnológico ou da modificação das condições ambientais, conforme decreto 857/79.</p>		
<p>- O não cumprimento à legislação ambiental vigente sujeitará a empresa e/ou seus representantes, às sanções previstas na Lei Federal 9.605/98, regulamentada pelo decreto 3.179/99.</p>		
<p>- É terminantemente proibida a queima a céu aberto de qualquer tipo de material.</p>		
<p>- As emissões atmosféricas deverão atender os padrões de lançamento estabelecidos na Resolução SEMA 41/02.</p>		





## ANEXO IV

# RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO - CANTEIRO DE OBRAS PARA CONSTRUÇÃO DE JAQUETAS PARA PLATAFORMA – Frontispício

 <b>Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos</b>	 <b>Instituto Ambiental do Paraná</b> Diretoria de Controle de Recursos Ambientais	<b>Licença de Operação</b> Nº 7609 Validade 18/12/2011 Protocolo 95239412
O Instituto Ambiental do Paraná - IAP, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o nº 95239412, expede a presente Licença de Operação à:		
<b>01 IDENTIFICAÇÃO DO AUTORIZADO</b>		
Razão Social - Pessoa Jurídica / Nome - Pessoa Física		
<b>TECHINT S/A</b>		
C.G.C. - Pessoa Jurídica / C.P.F. - Pessoa Física <b>61575775000180</b>	Inscrição Estadual - Pessoa Jurídica / R.G. - Pessoa Física <b>ISENTO</b>	
Endereço		
<b>RUA TABAPUÁ Nº 41</b>		
Bairro <b>ITAIM BIBI</b>	Município <b>São Paulo</b>	UF <b>SP</b> Cep <b>04533021</b>
<b>02 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO</b>		
Emprego		
<b>CANTEIRO DE OBRAS PARA MONTAGEM DE PLATAFORMAS CONTINENTAIS</b>		
Tipo de empreendimento/atividade		
<b>Canteiro de obras para montagem de plataformas continentais</b>		
Endereço <b>Avenida da Ponta do Poço, s/nº</b>		Bairro <b>Balneário Pontal do Sul</b>
Município <b>Pontal do Paraná</b>		Cep <b>83255000</b>
Corpo Hídrico do Entorno <b>Baía de Paranaguá</b>		Bacia Hidrográfica <b>Litorânea</b>
Destino do Esgoto Sanitário *****		Destino do Efluente Final <b>Infiltração no Solo</b>
<b>03 REQUISITOS DO LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>Súmula desta licença deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação local ou regional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos termos da Resolução CONAMA nº 006/86.</li> <li>Esta LICENÇA DE OPERAÇÃO tem a validade acima mencionada, devendo a sua renovação ser solicitada ao IAP com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias.</li> <li>Qualquer alterações ou expansões nos processos de produção ou volumes produzidos pela indústria e alterações ou expansões no empreendimento, deverão ser licenciados pelo IAP.</li> <li>Esta LICENÇA DE OPERAÇÃO deverá ser afixada em local visível</li> </ul>		
Detalhamento dos Requisitos de Licenciamento		
Esta Licença trata-se de Renovação de Licença Ambiental de Operação. Protocolo: 84158283, Licença: 7609, Emissão da Licença: 07/06/2005 17:45:00, Validade: 07/06/2007.		
1. A presente Renovação de Licença de Operação foi emitida conforme o que estabelecem os Artigos 8º, inciso III da RESOLUÇÃO N.º 237/97 - CONAMA, e 2º, Inciso III da RESOLUÇÃO N.º 031/98 - SEMA/IAP, de 24 de agosto de 1998, autorizando a operação propriamente dita do empreendimento e atividade, devendo ser observados rigorosamente, durante sua operação, os itens abaixo listados, bem como outros eventuais, constantes de fases anteriores do licenciamento ambiental.		
2. As ampliações ou alterações nos processos de produção ou volumes produzidos, ora licenciados, de conformidade com o estabelecido pela RESOLUÇÃO N.º 031/98 - SEMA/IAP, de 24 de agosto de 1998 em seu Artigo 4º, ensejarão novos licenciamentos, prévio, de instalação e de operação, para a parte ampliada ou alterada.		
3. A concessão desta licença não impedirá exigências futuras, decorrentes do avanço tecnológico ou da modificação das condições ambientais, conforme Decreto Estadual 857/79 - Artigo 7º, § 2º.		
4. O não cumprimento à legislação ambiental vigente sujeitará a empresa e/ou seus representantes, às sanções previstas na Lei Federal 9.605/98, regulamentada pelo Decreto 3.179/99.		
5. Esta licença foi concedida com base nas informações constantes no Relatório de Auditoria Ambiental e seu Plano de Correção de Não Conformidades, no Plano de Controle Ambiental e no Cadastro de Empreendimentos Industriais - CEI apresentados e, não dispensa ou substitui quaisquer outros alvarás e/ou certidões de qualquer natureza, a que eventualmente esteja sujeita a atividade, exigidas pelas legislações Federal, Estadual e Municipal.		
6. Deverão ser implementadas todas as Medidas, Planos e Programas Ambientais propostas no Plano de Controle Ambiental e no Plano de Correção de Não Conformidades, que são parte integrantes deste processo de licenciamento.		

## ANEXO V


# LICENÇA PRÉVIA - AMPLIAÇÃO DO CAIS DO CANTEIRO DE OBRAS DA TECHINT E DA RETRO ÁREA ADJACENTE – Frontispício

 Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	 <b>IAP</b> INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ Instituto Ambiental do Paraná Diretoria de Controle de Recursos Ambientais	<b>Licença Prévia</b> Nº 25305 Validade 16/11/2012 Protocolo 78027215
O Instituto Ambiental do Paraná - IAP, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o nº 78027215, expede a presente Licença Prévia à:		
<b>01 IDENTIFICAÇÃO DO AUTORIZADO</b>		
Razão Social - Pessoa Jurídica / Nome - Pessoa Física <b>TECHINT S/A</b>		
Endereço <b>RUA TABAPUÁ Nº 41</b>		
Bairro <b>ITAIM BIBI</b>	Município <b>São Paulo</b>	UF <b>SP</b> Cep <b>04533021</b>
<b>02 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO</b>		
Empreendimento <b>Ampliação do cais de atração do canteiro de obras da Techint e da retro área adjacente</b>		
Tipo de empreendimento/atividade <b>Ampliação do Cais de atracação da TECHINT e da retro área adjacente</b>		
Rua da Ponta do Poço, s/n Município <b>Pontal do Paraná</b>	Bairro <b>Pontal do Sul</b> Cep <b>83255000</b>	
Corpo Hídrico do Entorno ***** Destino do Esgoto Sanitário *****	Bacia Hidrográfica <b>Litorânea</b> Destino do Efluente Final *****	
<b>03 REQUISITOS DO LICENCIAMENTO PREVIO</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>Súmula desta licença deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação local ou regional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos termos da Resolução CONAMA nº 006/86.</li> <li>Esta LICENÇA PRÉVIA tem a validade acima mencionada, observados os dados do cadastro apresentado, devendo ser atendidos os requisitos abaixo.</li> <li>Quaisquer alterações ou expansões nos processos de produção ou volumes produzidos pela indústria e alterações ou expansões no empreendimento, deverão ser licenciados pelo IAP.</li> <li>Esta LICENÇA PRÉVIA deverá ser afixada em local visível</li> </ul>		
Detalhamento dos Requisitos de licenciamento		
A presente Licença foi emitida de acordo com o que estabelecem os Artigos 8º, Inciso I da Resolução Nº 237/97 - CONAMA, e 2º, Inciso III da Resolução CEMA nº 65, de 01 de julho de 2008, e aprova a localização e concepção do empreendimento e estabelece os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de Licenciamento Ambiental.		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1- Apresentar programa de monitoramento contínuo da fauna aquática e terrestre, mantendo relatório de acompanhamento com envio de cópias ao IAP.</li> <li>2- Apresentar em forma de plano / Programas todas as medidas mitigadoras e recomendações, contidas nos estudos apresentados, contendo objetivo/ Justificativa/ Métodos de operacionalidade/parceria/cronograma físico/financeiro e indicar o responsável com o ART e conselho de classe.</li> <li>3- Cumprir com as diretrizes estabelecidas pelo IPHAN e secretária Estadual da Cultura relativas aos bombaquais e patrimônios histórico, cultural.</li> <li>4- Promover a educação ambiental e comunicação social em relação à comunidade e aos trabalhadores e seus familiares em relação a sustentabilidade e a consciência do cidadão ambiental.</li> <li>5- Elaborar o inventário relativo à vegetação e solicitar autorização de supressão ao órgão competente.</li> <li>6- Implantar plano de monitoramento da biota aquática, qualidade da água e características locais.</li> <li>7- Implementar Programa de Monitoramento Sócio Econômico e Cultural.</li> <li>8- Apresentar PCA de Acordo com a Resolução CEMA PR 70/2009, anexo três.</li> </ol>		
A Licença Prévia não autoriza o início da implantação do empreendimento, atividade ou obra requerida.		
O não cumprimento à legislação ambiental vigente sujeitará a empresa e/ou seus representantes, as sanções previstas na Lei Federal 9.605/98.		
Os efluentes líquidos gerados, poderão ser lançados, direta ou indiretamente no corpo receptor, desde que atenda as		



## ANEXO VI

LICENÇA DE INSTALAÇÃO - AMPLIAÇÃO DO CAIS DO CANTEIRO DE OBRAS DA  
TECHINT E DA RETRO ÁREA ADJACENTE – Frontispício

 Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	 Instituto Ambiental do Paraná Diretoria de Controle de Recursos Ambientais	<b>Licença de Instalação</b> Nº 12215 Validade 14/06/2013 Protocolo 78525916
O Instituto Ambiental do Paraná-IAP, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o nº 78525916, expede a presente Licença de Instalação à:		
<b>01 IDENTIFICAÇÃO DO AUTORIZADO</b>		
Razão Social - Pessoa Jurídica / Nome - Pessoa Física		
<b>TECHINT S/A</b>		
C.G.C. - Pessoa Jurídica / C.P.F. - Pessoa Física 61575775000180		Inscrição Estadual - Pessoa Jurídica / R.G. - Pessoa Física ISENT0
Endereço RUA TABAPUÃ Nº 41		
Bairro ITAIM BIBI	Município São Paulo	UF SP
		Cep 04533021
<b>02 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO</b>		
Empreendimento <b>Ampliação do cais de atracção do canteiro de obras da Techint e da retro área adjacente</b>		
Tipo de empreendimento/atividade Ampliação do Cais de atracção da TECHINT e da retro área adjacente		Número de Unidades *****
Endereço Rua da Ponta do Poço, s/n		Bairro Pontal do Sul
Município Pontal do Paraná		Cep 83255000
Corpo Hídrico do Entorno baía de paranaguá		Bacia Hidrográfica Litorânea
Destino do Esgoto Sanitário Rede de Esgoto		Destino do Efluente Final *****
<b>03 REQUISITOS DO LICENCIAMENTO DE INSTALAÇÃO</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Súmula desta licença deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação local ou regional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos termos da Resolução CONAMA nº 006/86.</li> <li>• Esta LICENÇA DE INSTALAÇÃO tem a validade acima mencionada, observados os dados fornecidos no cadastro e no projeto de sistema de tratamento de resíduos ou plano de controle ambiental em anexo, devidamente certificado pelo IAP, devendo a sua renovação ser solicitada ao IAP com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias.</li> <li>• Quaisquer alterações ou expansões nos processos de produção ou volumes produzidos pela indústria e alterações ou expansões no empreendimento, deverão ser licenciados pelo IAP.</li> <li>• Esta LICENÇA DE INSTALAÇÃO deverá ser afixada em local visível</li> </ul>		
Detalhamento dos Requisitos de Licenciamento		
1. A presente Licença foi emitida com o que estabelecem os Artigo 8º, inciso III da RESOLUÇÃO N.º 237/97 - CONAMA e Artigo 2º Inciso IV da Resolução 65/08 - CEMA/IAP, de 01 de Julho de 2008, que autoriza a instalação do empreendimento de acordo com as especificações constantes dos Planos e Programas apresentados ao IAP, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes da qual constituem motivo determinante.		
2. A presente Licença de Instalação tem a validade acima mencionada para a ampliação do cais de atracção e da retro área adjacente do canteiro de obras.		
3. Deverão ser implementadas e implantadas as medidas propostas nos documentos técnicos apresentados e analisados pelo IAP.		
4. Em um prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de emissão desta Licença de Instalação, deverá ser firmado Termo de Compromisso para a implantação de medidas mitigadoras aos impactos gerados na utilização das Rodovias PR 407 e PR 412 e seus acessos, devido à circulação de veículos necessários à operação do empreendimento.		
5. Para a Licença de Operação, além da apresentação da documentação prevista na legislação vigente, deverá ser		

Impressa: 14/06/2011 09:20:22

Página: 1 de 2

## ANEXO VII

# AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL – DRAGAGENS PONTUAIS NA ÁREA ADJACENTE AO CAIS DA TECHINT – Frontispício

 Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	 <b>IAP</b> INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ Instituto Ambiental do Paraná Diretoria de Controle de Recursos Ambientais	<b>Autorização Ambiental</b> Nº 31783 Validade 07/07/2012 Protocolo 78531746
<b>01 CONTROLE</b>		
Autorização nº 31783	Validade 12 Meses	Protocolo SPI de origem 78531746
Autorização Ambiental para Atividade de: Dragagens pontuais na área adjacente ao cais da techint engenharia e construção S/A.		
O Instituto Ambiental do Paraná - IAP, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o número anteriormente citado, expede a presente Autorização a:		
<b>02 IDENTIFICAÇÃO DO AUTORIZADO</b>		
Razão Social - Pessoa Jurídica / Nome - Pessoa Física		
<b>TECHINT S/A</b>		
G.C. - Pessoa Jurídica / C.P.F. - Pessoa Física 1575775000180	Inscrição Estadual - Pessoa Jurídica / R.G. - Pessoa Física IS 10	
Ramo de Atividade - P.J. / Profissão - P.F. CONSTRUÇÃO DE JAQUETAS PARA PLATAFORMAS		
Endereço RUA TABAPUÃ Nº 41	Bairro ITAIM BIBI	
Município São Paulo	UF SP	Cep 04533021
Telefone 1137076006		
<b>03 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO</b>		
Empreendimento Dragagens Pontuais na área adjacente ao cais da Techint Engenharia e Construção S/A.		
Endereço Rua da Ponta do Poço, s/n	Bairro Pontal do Sul	
Município Pontal do Paraná	UF PR	Cep 83255000
<b>04 DETALHAMENTO DA AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL</b>		
Corpo Hídrico do Entorno baía de paranaguá	Bacia Hidrográfica Litorânea	
Destino do Esgoto Sanitário *****	Destino do Efluente Líquido *****	
Detalhar o teor da autorização, premissas e condicionantes de sua concessão		
1. A presente Autorização Ambiental foi emitida de acordo com o que estabelecem o Art. 2º, Inciso VI da Resolução CEMA nº 065/2008 de 01 de julho de 2008, e autoriza a realização de dragagens pontuais na área adjacente ao cais da TECHINT ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO S/A, com as seguintes características: - Área Total: 187.237,05 m² - Volume Real: 183.402,60 m³ - Profundidade: (-12,00) m		
2. A presente Autorização Ambiental tem a validade de 01(um) ano.		
3. Esta Autorização foi concedida com base nas informações do Cadastro Simplificado para Obras Diversas, bem como no Memorial Descritivo, encaminhados pelo requerente e não dispensa, tão pouco, substitui quaisquer outros Alvarás e/ou Certidões de qualquer natureza a que, eventualmente, esteja sujeita, exigidas pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.		
4. O não cumprimento à legislação ambiental vigente sujeitará a empresa e/ou seus representantes, às sanções previstas na Lei Federal 9.605/98, regulamentada pelo Decreto Federal 6514/2008.		
5. As dragagens deverão ser preferencialmente realizadas no período de inverno quando a ictiofauna é menos abundante e os impactos poderão ser minimizados. Devem ser evitadas ou minimizadas quaisquer atividades, durante o período de primavera e verão que em geral, coincide com os picos reprodutivos da fauna estuarina.		

07/07/2012 14:40:00  
 04/07/2012 14:40:00

## ANEXO VIII

# RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO - CANTEIRO DE OBRAS PARA MONTAGEM DE PLATAFORMAS CONTINENTAIS – Frontispício

 <b>Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos</b>	 <b>IAP</b> INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ Diretoria de Controle de Recursos Ambientais	<b>Licença de Operação</b> Nº 7609 Validade 26/09/2013 Protocolo 79114251
O Instituto Ambiental do Paraná - IAP, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o nº 79114251, expede a presente Licença de Operação à:		
<b>01 IDENTIFICAÇÃO DO AUTORIZADO</b>		
Razão Social - Pessoa Jurídica / Nome - Pessoa Física		
<b>TECHINT ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO S/A</b>		
C.G.C. - Pessoa Jurídica / C.P.F. - Pessoa Física 61575775000180		Inscrição Estadual - Pessoa Jurídica / R.G. - Pessoa Física ISENT0
Endereço		
RUA TABAPUÁ Nº 41		
Bairro ITAIM BIBI	Município São Paulo	UF SP
Cep 04533021		
<b>02 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO</b>		
Empreendimento		
<b>INSTALAÇÃO DE CANTEIRO DE OBRAS PARA MONTAGEM DE PLATAFORMAS CONTINENTAIS</b>		
Tipo de empreendimento/atividade		
Canteiro de obras para montagem de plataformas continentais.		
Endereço Avenida da Ponta do Poço, nº		Bairro Balneário Pontal do Sul
Município Pontal do Paraná		Cep 83255000
Corpo Hídrico do Entorno Baía de Paranaguá		Bacia Hidrográfica Litorânea
Destino do Esgoto Sanitário *****		Destino do Efluente Final Infiltração no Solo
<b>03 REQUISITOS DO LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>Súmula desta licença deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação local ou regional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos termos da Resolução CONAMA nº 006/86.</li> <li>Esta LICENÇA DE OPERAÇÃO tem a validade acima mencionada, devendo a sua renovação ser solicitada ao IAP com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias.</li> <li>Quaisquer alterações ou expansões nos processos de produção ou volumes produzidos pela indústria e alterações ou expansões no empreendimento, deverão ser licenciados pelo IAP.</li> </ul> Esta LICENÇA DE OPERAÇÃO deverá ser afixada em local visível.		
Detalhamento dos Requisitos de Licenciamento		
Esta Licença trata-se de Renovação de Licença Ambiental de Operação. Protocolo: 95239412, Licença: 7609, Emissão da Licença: 18/12/2007 17:14:00, Validade: 18/12/2011.		
A presente Licença foi emitida com o que estabelecem os Artigos 8º, inciso III da RESOLUÇÃO N.º 237/97-CONAMA, e 2º, inciso V da RESOLUÇÃO N.º 065/08-CEMA, autorizando a operação propriamente dita do empreendimento e atividade, devendo ser observados rigorosamente, durante sua operação, os itens abaixo listados, bem como outros eventuais, constantes de fases anteriores do licenciamento ambiental.		
As ampliações ou alterações nos processos de produção ou volumes produzidos, ora licenciados, de conformidade com o estabelecido pela RESOLUÇÃO N.º 065/08-CEMA em seu Artigo 73, ensejarão novos licenciamentos, prévio, de instalação e de operação, para a parte ampliada ou alterada.		
A concessão desta licença não impedirá exigências futuras, decorrentes do avanço tecnológico ou da modificação das condições ambientais, conforme Decreto Estadual 857/79 - Artigo 7º, § 2º.		
O não cumprimento à legislação ambiental vigente sujeitará a empresa e/ou seus representantes, as sanções previstas na Lei Federal 9.605/98, regulamentada pelo Decreto 6514/08.		
Esta licença foi concedida com base nas informações no relatório de Auditoria Ambiental e seu Plano de Correção de Não Conformidades, no Plano de Controle Ambiental e no Cadastro de Empreendimentos Industriais - CEI		

## ANEXO IX

**LICENÇA DE OPERAÇÃO - AMPLIAÇÃO DO CAIS DO CANTEIRO DE OBRAS DA  
TECHINT E DA RETRO ÁREA ADJACENTE – Frontispício**

 Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	 <b>IAP</b> INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ Instituto Ambiental do Paraná Diretoria de Controle de Recursos Ambientais	<b>Licença de Operação</b> Nº 27427 Validade 19/10/2014 Protocolo 79741663
O Instituto Ambiental do Paraná - IAP, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o nº 79741663, expede a presente Licença de Operação à:		
<b>01 IDENTIFICAÇÃO DO AUTORIZADO</b> Razão Social - Pessoa Jurídica / Nome - Pessoa Física <b>TECHINT ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO S/A</b> C.G.C. - Pessoa Jurídica / C.P.F. - Pessoa Física 61575775000180		
Inscrição Estadual - Pessoa Jurídica / R.G. - Pessoa Física 9031763000		
Endereço RUA TABAPUÁ Nº 41		
Bairro ITAIM BIBI	Município São Paulo	UF SP
Cep 04533021		
<b>02 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO</b> Empreendimento <b>Ampliação do cais de atracção do canteiro de obras da Techint e da retro área adjacente</b> Tipo de empreendimento/atividade Ampliação do Cais de atracção da TECHINT e do retro área adjacente		
Endereço Rua da Ponta do Poço, s/n		Bairro Pontal do Sul
Município Pontal do Paraná		Cep 83255000
Corpo Hídrico do Entorno baía de paranaguá		Bacia Hidrográfica Litorânea
Destino do Esgoto Sanitário *****		Destino do Efluente Final *****
<b>03 REQUISITOS DO LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO</b> • Súmula desta licença deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação local ou regional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos termos da Resolução CONAMA nº 006/86. • Esta LICENÇA DE OPERAÇÃO tem a validade acima mencionada, devendo a sua renovação ser solicitada ao IAP com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias. • Quaisquer alterações ou expansões nos processos de produção ou volumes produzidos pela indústria e alterações ou expansões no empreendimento, deverão ser licenciados pelo IAP. • Esta LICENÇA DE OPERAÇÃO deverá ser afixada em local visível		
1. O cumprimento dos Requisitos de Licenciamento 1.1. A presente Licença de Operação tem a validade acima especificada para a construção e montagem de plataformas offshore. 2. A presente Licença foi emitida de acordo com o que estabelecem os Artigos 8º, Inciso III da Resolução Nº 237/97 - CONAMA, e 2º, Inciso V da Resolução N.º 065/2008 - CEMA, 01 de julho de 2008, e Art. 7º, Inciso IV da Resolução N.º 070/2009 - CEMA, 11 de agosto de 2009 e autoriza o início de operação das atividades relacionadas ao empreendimento, devendo ser observados, rigorosamente, os itens abaixo listados, bem como outros eventuais, constantes das fases anteriores do licenciamento ambiental. 3. Esta Licença foi concedida com base nas informações constantes do CEI apresentado pela requerente e não dispensa, tão pouco, substitui quaisquer outros Alvarás e/ou Certidões de qualquer natureza a que, eventualmente, esteja sujeita, exigidas pela legislação federal, estadual ou municipal. 4. A presente Licença de Operação, em conformidade com o que consta do Artigo 19 da Resolução CONAMA Nº 237/97 poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a sua emissão, bem como na superveniência de graves riscos ambientais e de saúde, sendo assim deverão ser apresentados os documentos e atendidos os condicionantes acima estabelecidos, caso contrário, a presente Licença de Operação será cancelada. 5. As ampliações ou alterações nos processos de produção ou volumes produzidos, ora licenciados, de conformidade		

## ANEXO X

# RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO - INSTALAÇÃO DE CANTEIRO DE OBRAS PARA MONTAGEM DE PLATAFORMAS CONTINENTAIS – Frontispício

 Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	 Instituto Ambiental do Paraná Diretoria de Controle de Recursos Ambientais	<div style="text-align: right;"> <b>CÓPIA</b> </div> <div style="text-align: right;">  </div> Licença de Operação Nº 7609 Validade 11/11/2017 Protocolo 120370790
O Instituto Ambiental do Paraná - IAP, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o nº 120370790, expede a presente Licença de Operação à:		
<b>01 IDENTIFICAÇÃO DO AUTORIZADO</b>		
Razão Social - Pessoa Jurídica / Nome - Pessoa Física <b>TECHINT ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO S/A</b>		
C.G.C. - Pessoa Jurídica / C.P.F. - Pessoa Física 61575775000180	Inscrição Estadual - Pessoa Jurídica / R.G. - Pessoa Física 9031763000	
Endereço RUA TABAPUÃ Nº 41		
Bairro ITAIM BIBI	Município São Paulo	UF SP Cep 04533010
<b>02 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO</b>		
Empreendimento <b>ECHINT - CANTEIRO-DE OBRAS PARA MONTAGEM DE PLATAFORMAS CONTINENTAIS</b>		
Tipo de empreendimento/atividade Canteiro de Obras para Montagem de Plataformas Continentais - Unidade Offshore.		
Endereço Avenida da Ponta do Poço, s/nº		Bairro Balneário Pontal do Sul
Município Pontal do Paraná		Cep 83255000
Corpo Hídrico do Entorno Baía de Paranaguá	Bacia Hidrográfica Litorânea	
Destino do Esgoto Sanitário *****	Destino do Efluente Final Infiltração no Solo	
<b>03 REQUISITOS DO LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Súmula desta licença deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação local ou regional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos termos da Resolução CONAMA nº 006/86.</li> <li>• Esta LICENÇA DE OPERAÇÃO tem a validade acima mencionada, devendo a sua renovação ser solicitada ao IAP com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias.</li> <li>• Quaisquer alterações ou expansões nos processos de produção ou volumes produzidos pela indústria e alterações ou expansões no empreendimento, deverão ser licenciados pelo IAP.</li> </ul> Esta LICENÇA DE OPERAÇÃO deverá ser afixada em local visível		
Detalhamento dos Requisitos de Licenciamento Esta Licença trata-se de Renovação de Licença Ambiental de Operação. Protocolo: 79114251, Licença: 7609, Emissão da Licença: 26/09/2011, Validade: 26/09/2013.		
<b>CONDICIONANTES:</b>		
- A presente Licença foi emitida com o que estabelecem os Artigos 8º, inciso III da RESOLUÇÃO N.º 237/97-CONAMA, e 2º, inciso V da RESOLUÇÃO N.º 065/08-CEMA, autorizando a operação propriamente dita do empreendimento e atividade, devendo ser observados rigorosamente, durante sua operação, os itens abaixo listados, bem como outros eventuais, constantes de fases anteriores do licenciamento ambiental.		
- As ampliações ou alterações nos processos de produção ou volumes produzidos, ora licenciados, de conformidade com o estabelecido pela RESOLUÇÃO N.º 065/08-CEMA em seu Artigo 73, ensejarão novos licenciamentos, prévio, de instalação e de operação, para a parte ampliada ou alterada.		
- A concessão desta licença não impedirá exigências futuras, decorrentes do avanço tecnológico ou da modificação das condições ambientais, conforme Decreto Estadual 857/79 - Artigo 7º, § 2º.		
- O não cumprimento à legislação ambiental vigente sujeitará a empresa e/ou seus representantes, as sanções previstas na Lei Federal 9.605/98, regulamentada pelo Decreto 6514/08.		